

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – NCT  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

# **POLÍTICAS PÚBLICAS, ESPAÇO E GÊNERO**

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE AUTONOMIA FINANCEIRA  
DAS MULHERES DO BAIRRO MARIANA EM PORTO VELHO**

**SANDRA REGINA NUNES DOS SANTOS**

**PORTO VELHO**

**2009**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – NCT**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA - PPGG**

## **POLÍTICAS PÚBLICAS, ESPAÇO E GÊNERO**

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE AUTONOMIA FINANCEIRA DAS  
MULHERES DO BAIRRO MARIANA EM PORTO VELHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, da Universidade Federal de Rondônia, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr..Josué da Costa Silva

**PORTO VELHO  
2009**

Catálogo Biblioteca Central/UNIR – Prof. Roberto Duarte Pires

S237p	<p>Santos, Sandra Regina dos.</p> <p>Políticas Públicas, Espaço e Gênero: um estudo de caso sobre autonomia financeira das mulheres do bairro mariana em Porto Velho / Sandra Regina dos Santos. Porto Velho, Rondônia, 2009. 109f.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Ciências e Tecnologia (NCT), Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia (PPGG), Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, 2009.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Josué da Costa Silva.</p> <p>1. Políticas Públicas. 2. Gênero. 3. Autonomia. 4. Creches. I. Título.</p> <p>CDU: 351(811.1)</p>
-------	--

**Bibliotecária Responsável:** Eliane Gemaque / CRB 11-549



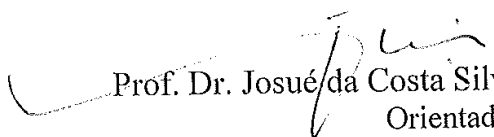
**PPGG**

**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

***Sandra Regina Nunes dos Santos***

A Banca de defesa de Mestrado presidida pelo orientador Prof. Dr. Prof. Dr. Josué da Costa Silva e constituída pelas examinadoras Profa. Dra. Jacinta Castelo Branco Correia e pela Profa. Dra. Lílian Maria Moser, reuniu-se no dia 11 de agosto de 2009, às 15:00 horas na sala Josué de Castro, no prédio do Mestrado em Geografia, sito no Campus Universitário José Ribeiro Filho - Campus UNIR, para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada "*Políticas Públicas, Espaço e Gênero: Um estudo de caso autonomia financeira das Mulheres do Bairro Mariana em Porto Velho*" da mestrand *Sandra Regina Nunes dos Santos*. Após a explanação da mestrand, e sua arguição pela Banca Examinadora, a referida dissertação foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia foi APROVADA

Porto Velho, 11 de agosto de 2009

  
Prof. Dr. Josué da Costa Silva  
Orientador

  
Profa. Dra. Jacinta Castelo Branco Correia  
Examinadora

  
Profa. Dra. Lílian Maria Moser  
Examinadora

## **DEDICATÓRIA**

À minha mãe, Carmem Brasil, mulher que influenciou, com sua presença e com sua ausência, parte de minha vida.

Ao meu irmão Wagner Nunes dos Santos por sua luta incansável pela vida.

E ao Movimento feminista, que influenciou a outra parte.

## **AGRADECIMENTOS**

À Josué Costa, pesquisador de capacidade inquestionável, por não só mostrar o caminho, mas me ajudar a encontrar as pistas para seguir.

À Edilanea Arruda, companheira nos momentos de dúvidas e incertezas, mas igualmente nos momentos de descontração. Agradeço pela doação de seu tempo nas noites intermináveis que passamos juntas lendo, re-lendo...construindo e desconstruindo...

Ao meu marido, Orlando Francisco de Souza, pelo companheirismo e constante apoio aos meus projetos de vida.

Às minhas filhas, Ana Paula, Ana Lucia e Thauani, por resistirem à falta de tempo, ausência, durante a produção.

Ao Engenheiro de FURNAS, Afonso Goulart, pelo incentivo durante todo o processo em que trabalhamos juntos e intermediação na liberação para as disciplinas presenciais.

À Ana Claudia Gestei, Superintendente da Superintendência de Responsabilidade Social de FURNAS, pela compreensão e liberação para assistir as disciplinas presenciais.

Às mulheres entrevistadas, pela paciência, disposição e parceria na discussão da temática que dá corpo a este trabalho.

Ao Samuel Pessoa, pelo socorro e organização da execução das entrevistas.

A Delzumir Pessoa, pela prontidão solidariiedade na montagem dos gráficos.

À geógrafa Elenice Duran, por seu empenho na parte cartográfica.

À amiga Selma Kátia Cruz, pelas contribuições gastronômicas e as boas gargalhadas.

A Ana Raquel, pela cobertura no momento de ausência no trabalho.

A minha irmã, Sandra Lúcia Nunes dos Santos por sua torcida incondicional, mesmo a distância.

Ao meu Pai, João Nunes da Cruz, por suas orações...

Ao meu irmão, Wagner Nunes dos Santos por demonstrar na sua luta pela vida, a persistência e bom humor.

A minha cunhada e meus sobrinhos, respectivamente Licínia, Adriano e Wagner Júnior, por fazerem parte do meu projeto de vida.

À Edneide Arruda, agradeço pelo início e o término desse estudo, sobretudo, pelo feminismo inseparável em sua vida, materializado nas suas relações e no seu cotidiano.



## RESUMO

O Presente trabalho tem como principal objetivo ampliar a discussão que envolve a autonomia financeira da mulher, a partir da análise das políticas públicas do município de Porto Velho. A pesquisa busca demonstrar até que ponto a oferta de creche pública pode influenciar na permanência da mulher no mercado formal e informal de trabalho, no bairro Mariana, evidenciando novos elementos a serem incorporados na análise geográfica. Na busca de geografizar a pesquisa, este estudo recorreu a produção do espaço e aos conceitos de gênero e políticas públicas enquanto elementos correlacionados ao espaço. As entrevistas, no total de 212, foram realizadas com mulheres do bairro Mariana e na prefeitura do município.

**Palavras chaves:** Políticas Públicas; Gênero; Autonomia Financeira; Creches

## **ABSTRACT**

The present work has as main objective to expand the discussion surrounding the financial independence of women, from the analysis of public policies in the city of Porto Velho. The research seeks to demonstrate how the provision of public day care can influence the continuation of women in the formal and informal work in the neighborhood Mariana, highlighting new features for incorporation in geographic analysis. In search of geographizar research, this study uses the production of space and the concepts of gender and public policy as elements related to spallace. The interviews, totaling 212, were conducted with women in the neighborhood and Mariana in the City Hall.

**Keywords:** Public Policy; Gender; Financial Autonomy; Creches

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Imagem de Porto Velho	52
Figura 2	- Mapa de Localização do Bairro Mariana	52
Figura 3	- Puxadinho comercial	56
Figura 4	- Utilização da calçada	57
Figura 5	- Campo de futebol	59
Figura 6	- Templo religioso	60
Figura 7	- Terrenos baldios	63
Figura 8	- Vazios urbanos	64
Figura 9	- Terreno baldio no bairro Mariana	65
Figura 10	- Crianças trabalhando	73
Figura 11	- Dona Izabel e sua casa	77
Figura 12	- Dona Izabel e suas filhas	78
Figura 13	- Gráfico faixa etária das mulheres	78
Figura 14	- Gráfico do tempo de moradia na residência	84
Figura 15	- Gráfico do tempo de moradia no bairro	85
Figura 16	- Gráfico da origem rural ou urbana	86
Figura 17	- Gráfico da escolaridade	86
Figura 18	- Gráfico sobre a situação escolar	87
Figura 19	- Gráfico sobre acesso a informática	88
Figura 20	- Gráfico tipo de moradia	89
Figura 21	- Gráfico Casa própria	90
Figura 22	- Gráfico escritura da casa	90
Figura 23	- Gráfico qual é sua religião	91
Figura 24	- Gráfico qual é o seu estado civil	91
Figura 25	- Gráfico quantos filhos/as você tem	93
Figura 26	- Gráfico seu/a filho/a está na escola	93
Figura 27	- Gráfico seu filho/a já se envolveu em acidentes domésticos	93
Figura 28	- Gráfico trabalha fora sem carteira assinada	94
Figura 29	- Gráfico qual a faixa salarial	94
Figura 30	- Gráfico com quem ficam as crianças quando sai de casa	95
Figura 31	- Gráfico a creche pública melhoraria sua vida	96
Figura 32	- Gráfico participa de alguma organização	96
Figura 33	- Gráfico o que acha do valor do transporte urbano	97
Figura 34	- Gráfico o que acha dos horários disponíveis	98
Figura 35	- Gráfico o que acha do percurso	99
Figura 36	- Gráfico já ouviu falar no cento de Referência para mulher	100

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1	– Grandes Conferências Nacionais e Internacionais	42
Tabela 1	- População Residente por ano no município de Porto Velho.	51
Tabela 2	- População Residente por sexo na zona urbana e rural	52

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 _	Princípios do I Plano de Políticas para as Mulheres	68
Quadro 2 –	Diretrizes do I Plano Nacional de Políticas para Mulheres	69
Quadro 2 -	Matrículas em creches da Rede Municipal de Porto Velho	75

## LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

CEDAW	Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a mulher
CEFDICM	Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CIN	Conferência Internacional sobre Nutrição
CIPD	A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento
CF	Constituição Federal
CMDM	Conferência da Metade da Década da Mulher
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para Mulheres
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
DMN	Declaração Mundial sobre Nutrição,
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente –
FWCW/QCMM	Conferência de Beijing
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Plataforma de Ação China
PAR	Plano de Ação Regional
PMD	Plano para a Mulher e Desenvolvimento
PMPV	Prefeitura Municipal de Porto Velho,
PNAD	Plano Nacional por Amostra de Domicílios
PNPM	Plano Nacional de Políticas para Mulheres
PNUD	Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual

RNMTUPVH	Relatoria Nacional à Moradia e à Terra Urbana em
SEMAC	Secretaria Municipal de Ação Social
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMUR	Secretaria de Moradia, Urbanização e Regularização
SENAC.	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SPM	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1- MARCO TEÓRICO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
DA PESQUISA	
Limitação da pesquisa	24
1.2. Elementos da Pesquisa	26
Instrumentos de Coleta de Dados	27
Organização e análise dos dados	29
Marco Teórico	30
CAPÍTULO 2 - O BAIRRO MARIANA, LOCALIZAÇÃO E	50
CARACTERIZAÇÃO	
SOCIAL	
CAPÍTULO 3 – A SITUAÇÃO DA MULHER NO BAIRRO MARIANA	62
3.1. O Plano Nacional de Política Pública e seu alcance local	80
CAPÍTULO 4- PONTOS DE DESTAQUE NA PESQUISA.	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
BIBLIOGRAFIA	

**APRESENTAÇÃO:**

Fazer este estudo significou unir algumas pontas soltas de minha história vividas em Brasília, cidade em que nasci, e Porto Velho, cidade que adotei em 1990, quando cheguei.

Filha de nordestino, seduzido pela promessa da “capital da esperança”, como versa o hino popular de Brasília, meu pai, um dos pioneiros naquela cidade, viu naquela geografia de planaltos e cerrados a oportunidade de desbravar outros sonhos.

Com a separação dos meus pais, eu com dois ou três anos de idade, meu irmão e irmã, ficamos com meu pai, entre o casal, o único assalariado. Minha mãe saiu de casa com o medo e o preconceito, que pairava sobre uma mulher separada e cantora de rádio, vivenciado na década de 60. Criada pelo meu pai, a ausência da minha mãe tirou a lembrança da imagem feminina em casa. Éramos três crianças, duas meninas e um menino, sob guarda de meu pai.

E assim crescemos no planalto central, meu pai trabalhava dia e noite e sua tentativa de “deixar” uma pessoa adulta cuidando dos três filhos rendeu algumas agressões por parte das pessoas que entravam em nossa casa, para desempenhar o papel de babá.

Também, as chances de nos levar para o trabalho foram inviabilizadas logo nas primeiras tentativas, até que lhe ocorreu que podíamos ficar em casa, um cuidando do outro. E assim foi, por longos anos, meu irmão com sete anos, minha irmã com cinco e eu entre dois anos e meio, crianças cuidando de crianças, por não ter lugar mais seguro.

Lembro que meu pai, antes de sair para o trabalho, deixava a comida pronta e a casa bem arrumada. Almoçávamos e íamos para a escola, o percurso de cerca de quatro quilômetros, fazíamos entre brincadeiras e correrias, subindo e descendo as calçadas altas e desniveladas de nosso bairro.

Foi assim durante nossa infância e adolescência, chegamos à juventude com algumas cicatrizes de maus tratos de “cuidadoras” e acidentes com fogo, onde num momento um incêndio proveniente de uma brincadeira, quase destrói nossa casa.



Brasília foi o grande cenário de minha juventude, suas esquinas invisíveis reuniam grande parte de meus amigos, onde saíamos das cidades satélites para encontros no plano piloto, cidade plana, ruas largas dona de uma topografia funcional que liga duas asas em um corpo.

Na cidade satélite que eu morava, Núcleo Bandeirante, conhecida por ser a primeira cidade satélite do Distrito Federal, lugar que acolheu os pioneiros que vieram para construir Brasília, foi inicialmente chamado de cidade livre, em função da ausência de fiscalização imobiliária.

Foi em Brasília, através dos ensinamentos de meu pai que aprendi o que é ser negra, já com minha mãe, aprendi o significado do que é ser mulher, e tenho aprendido na prática e sentido na pele, esses dois significados ao longo dessa minha vida.

Esta consciência me impulsionou para uma luta coletiva, dentro do Movimento Negro e Movimento de Mulheres, experiência que mantive em Porto Velho desde que cheguei na década de 90 e como fundadora do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em Porto Velho, espaço político que trabalha com o protagonismo infantil, e na defesa de direitos de crianças e adolescentes, prioritariamente em situação de rua.

A consciência do espaço da rua, como espaço de resistência foi assimilada no convívio de dezenas de meninos (até então não havia em Porto Velho menina de rua), que marcavam seu território de luta no centro da cidade, estabelecendo, numa linha imaginária, os limites territoriais de cada um.

Com históricos semelhantes, conheci crianças advindas de bairros periféricos, sendo sua maioria vítimas de violência doméstica, na sua própria casa ou em casas de vizinhos que assumiam o papel de “creche” enquanto sua mãe trabalhava fora.

Na fala de mães e avós desses meninos, ouve-se a mesma reclamação, a falta de um lugar para deixar as crianças torna-se um complicador quando se trata da entrada no mercado formal ou mesmo informal de trabalho, fator principal para

deixá-los sozinhos trancados em casa ou, sozinhos do lado de fora até o seu retorno.

A vivência com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, O Movimento Negro e o Movimento de Mulheres, trouxeram uma questão explícita ao longo da minha militância - política pública para a autonomia financeira da mulher, especificamente com filhos/as, passa, necessariamente pela presença de creches públicas em horário integral.

A discussão do espaço seja a rua, a vida doméstica ou o mercado de trabalho foram alvos de intervenções durante a militância no movimento social. Enquanto membro do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, participei de audiências na Câmara de Vereadores e longa peregrinação na Prefeitura Municipal de Porto Velho sobre a necessidade de ampliação da oferta de creches no município de um modo geral.

Através do curso de pedagogia, desenvolvi trabalhos e treinamentos sobre a prática pedagógica e a questão de gênero discutindo o cotidiano de meninos e meninas no ambiente escolar e participei de conferências e encontros na área de educação pautando a creche pelo ponto de vista da mulher, como um recurso para sua permanência no mercado de trabalho e do ponto de vista da criança como uma instância de educação.

No Mestrado de Geografia, a possibilidade da pesquisa sobre políticas públicas, através de um estudo de caso, contribuiu para analisar a democratização do acesso da mulher no mercado formal de trabalho, no momento em que se discute a construção das usinas Hidrelétrica de Santo Antonio e Jirau e a oferta de trabalho para homens e mulheres.

A literatura e as discussões em sala de aula ampliaram o norte dos caminhos que eu tinha de seguir, diante de um tema pouco explorado, o que me fez participar da proposta de criação do Observatório da Condição Feminina, com o intuito de pesquisar e dar visibilidade das condições de vida das mulheres, prioritariamente, no município de Porto Velho.

Por outro lado a participação, durante esse período, em eventos específicos, ajudou trazer outros olhares para esta pesquisa, entre eles a participação como Conselheira do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher e Organização não Governamental permitiu conhecer outras realidades.

Porém, foi a participação nas Conferências municipais, estaduais e federais de Políticas para a Mulher que me permitiu focalizar a ligação entre política pública de educação e autonomia financeira da mulher, uma reivindicação, basicamente em todos os estados brasileiros representados na Conferência Nacional, e recorrente na Conferência municipal de Porto Velho.

A Ligação que tenho com este tema, é justamente o que impulsiona nesta análise.

## **INTRODUÇÃO:**

A plataforma de ação adotada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em Beijing, em 1995, já apontava para o fenômeno de que o número de mulheres pobres aumentou desproporcionalmente em comparação com o de homens, em especial, nos países em desenvolvimento.

Ocupando os lugares mais vulneráveis na sociedade e os mais precários no mundo do trabalho, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT, ainda são mulheres as pessoas que passam a maior parte do tempo no espaço doméstico, são elas com menos acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, e com menos acesso à formação profissional e técnica.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, fundação pública, ligada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, uma parcela crescente dos pobres no Brasil é composta de mulheres, e que a figura do trabalho informal domina cada vez mais o panorama do emprego feminino.

Também, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE(DIEESE,2004), a porcentagem de domicílios chefiados por mulheres aumentou em 32,2%, sendo maior na região norte do Brasil. Segundo a pesquisa os domicílios chefiados por mulheres tem uma renda inferior à das famílias em que o homem é o responsável economicamente.

Em Porto Velho, dados da Secretaria Municipal de Ação social, (2007) responsável pelo Programa do Governo Federal, Bolsa Família, revelam que 40% das famílias beneficiadas são do sexo feminino e responsável pela família, número que vem aumentando. A constatação do aumento dos domicílios beneficiados pelos programas de transferência de renda do governo federal, entre os domicílios chefiados por mulheres, em Porto Velho, apreende-se nesta pesquisa o estudo e a análise sobre a política pública municipal de educação no que se refere à oferta de creches, como pré-condição para construir a autonomia econômica das mulheres de baixa renda, através do acesso e permanência nos postos de trabalho.

Essa pesquisa, portanto, é fruto de uma reflexão acadêmica e sua relevância social e científica se constitui numa contribuição para análise das políticas públicas que promovem a autonomia financeira da mulher. Neste sentido, poderá ser destinada aos principais sujeitos sociais que devem atuar em conjunto na construção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Sem a pretensão de uma definição filosófica ou ideológica das Políticas Públicas, neste estudo, buscou-se, a construção de caminhos reflexivos, por onde passaram autores e autoras, tratados, convenções e leis. O período da coleta de dados se deu no ano 2008 à fevereiro de 2009.

O caso estudado foi o bairro Mariana, localizado na periferia do município de Porto Velho. A escolha deste bairro se deu em função de estar na região mais populosa da área urbana do município apontado pela secretaria estadual de segurança pública e delegacia da mulher como um dos bairros com alto índice de violência doméstica (2007).

A questão central que a pesquisa trabalha é em que extensão as oferta de creches, como política pública municipal, influencia na participação da mulher de baixa renda na produção do espaço?

A hipótese é que uma das razões da ausência da mulher no mercado de trabalho está no caráter das políticas públicas de autonomia financeira da mulher. Com a falta de creches para deixar as crianças, as mulheres envolvidas nesta pesquisa, não tem o mesmo acesso ao espaço produtivo.

Com esta perspectiva, esta pesquisa, em seu I Capítulo trata da caracterização da área pesquisada, seguido dos procedimentos metodológicos, teóricos e os caminhos percorridos da pesquisa de campo para chegarmos aos dados utilizados para análise. O II Capítulo trata de apresentar o marco de sustentação teórica que embasa esta pesquisa passando pelas lutas das mulheres pela igualdade de direitos, e seus desdobramentos nos palcos das Conferências Nacionais e Mundiais. Ali, pode-se avaliar a pauta política e os debates acalorados sobre direitos humanos. Buscou-se, portanto, na descrição das Conferências

Nacionais o percurso pelo qual passaram as reivindicações pelo direito de ter direitos, como marco legal que legitimam a luta das mulheres sobre temas específicos.

Na mesma direção, no III Capítulo, tendo como referência as competências de atuação do Estado, aborda as políticas públicas e a atuação do estado e governos, traçando um caminho entre a sociedade civil e o acesso a essas políticas.

Visando dar um cunho operacional ao estudo e avançar na disseminação de informações referente aos pontos críticos, o IV Capítulo, traz um histórico do Movimento de Mulheres e sua atuação na luta pela garantia das políticas públicas sem perder de vista a transversalidade dessas políticas, em relação às distintas ações do governo municipal.

O V Capítulo, é o espaço para a aplicação da pesquisa e as análises sobre as políticas de trabalho e renda. As considerações finais encerram este estudo.

# CAPÍTULO I

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA E MARCO TEÓRICO

Para consolidar os temas gênero e políticas públicas, esta pesquisa dialogou tanto com os teóricos/as da geografia, quanto com as principais vozes do movimento feminista, ouvindo também a voz da comunidade, protagonista dessa pesquisa, perpassando pelos documentos escritos, jurídicos e políticos, concernente à temática em foco.

Desta feita, este trabalho, epistemologicamente, segue a lógica de apreensão do fenômeno da realidade, a partir das formulações ideológicas e do conhecimento científico, para comprovar o senso comum em estudo (a necessidade da creche pública para a autonomia financeira da mulher), ou seja, com este mecanismo teórico-perceptivo, encontra as particularidades no todo. Neste particular, Demo (1995, p.18), diz que:

A ciência está cercada de ideologia e senso comum, não apenas como circunstâncias externas, mas como algo que está já dentro do próprio processo científico, que é incapaz de produzir conhecimento puro, historicamente não contextualizado.

Essa maneira de percepção implica, na presença, em todo o processo de pesquisa tanto das posições ideológicas da/o pesquisadora/o quanto do senso comum norteando o trabalho científico sem, contudo, chegar ao ponto de tal influência comprometer a cientificidade.

Ainda segundo Demo com relação a uma pesquisa:

... conhecimento científico é o que busca fundamentar-se de todos os modos possíveis e imagináveis, mas mantém consciência crítica de que alcança este objetivo apenas parcialmente, não por defeito, mas

por tessitura própria do discurso científico; todo argumento contém componentes não argumentados, assim como toda estruturação lógica encobre passos menos lógicos, alguns até mesmo ilógicos; essa aparente precariedade é, no fundo, sua grande virtude, porque retira daí sua formidável capacidade de aprender e de inovar-se; as fundamentações precisam ser tão bem feitas que permitam ser desmontadas e superadas. Demo (2000, p.29).

Nessa jornada, ao optarmos por olhar em direção a mulher e as políticas públicas de autonomia financeira, instrumentalizamo-nos da pesquisa social e os primados da geografia cultural com intuito de operacionalizar uma apreensão interpretativa nesta pesquisa sobre hábitos, modo de vida, enfim uma descrição sobre a realidade pesquisada, considerando a possibilidade de mudar o método de interpretar essa realidade.

Em busca de respostas que levasse ao questionamento dessa linha de pensamento, encontrou-se em Lüdke e André (1986, p. 6), novos argumentos com relação à necessidade de buscar novas formas de pesquisa, “que partissem de outros pressupostos, rompessem com o antigo paradigma e, sobretudo, se adaptassem melhor ao objeto de estudo”, sem, contudo ser superficial.

Neste sentido, percebeu-se que ir a campo implica estar no local, observar, porém, o que não significa fazer, parte daquele cenário, daquela paisagem; André (1995, p. 28-9), defende a idéia de que, embora se relacionem sujeito e pesquisador, os papéis são definidos e diferentes. Ambos fazem parte da pesquisa, não enquanto produto, mas enquanto processo, com a capacidade de “estar” sem alterar o ambiente pesquisado, seja com suas impressões, seja com sua intenção, “se necessário revendo toda a metodologia ainda durante o desenrolar do trabalho”.

Assim sendo, com a possibilidade de não “engessar” a pesquisa em uma metodologia rígida, que obrigasse um exaustivo estudo sobre a vida das mulheres no bairro Mariana, mas, sobretudo, abordar o fenômeno, através de pesquisa bibliográfica e de campo, aprofundadas pelas entrevistas e análise das políticas públicas existentes capazes de promover a autonomia financeira daquelas mulheres, direcionou-se a pesquisa ao enfrentamento das possibilidades e limitações pertinentes ao processo investigativo.



Como primeiro passo, toma-se como eixo de investigação o I Plano Nacional de Políticas para Mulheres<sup>1</sup> (2005-2007) - PNPM, instituído na I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (2004) – ICNPM, fruto de um longo debate preparatório e deliberativo nas Conferências estaduais e Municipais, como também no Movimentos de Mulheres, onde aponta as diretrizes e demandas para a efetivação de políticas públicas para a mulher.

O estudo do I Plano de Política para as Mulheres e sua aplicação no município de Porto Velho fez-se necessário, para a percepção da ação de governo municipal e o grau de efetivação das políticas, nele estabelecido, na vida das mulheres, do bairro Mariana. Sem o compromisso de fazer uma avaliação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM ou mesmo da Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres, o propósito estabelecido foi demonstrar a influência da política pública no cotidiano da mulher.

### **1.1. Limitações da Pesquisa**

A primeira fase desta pesquisa foi bibliográfica e documental; compreendendo o levantamento de dados e análise. Já neste primeiro momento percebeu-se algumas limitações em função da ausência, na prefeitura municipal, de dados ou cadastro atualizado. Também no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os dados de domicílios não estavam separados por bairros, o que dificultou a visualização do bairro, foco dessa pesquisa.

A segunda fase dedicou-se a discussão sobre questões relacionadas ao planejamento para a coleta de informações por meio da entrevista; Nessa fase, percebeu-se a deficiência na atualização de mapas do município, sobretudo, na mudança do nome de ruas e avenidas. Em alguns casos, as substituições de nome de ruas e bairros, e a oficialização de outros, eliminaram do registro popular a história de criação com sua identidade.

---

<sup>1</sup> O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres faz parte do compromisso assumido pelo Governo Lula em 2002, expressa o reconhecimento do papel do Estado como promotor e articulador de ações políticas que garantam um Estado de Direito, e o entendimento de que cabe a ele, e aos governos que o representam, garantir políticas que alterem as desigualdades sociais existentes em nosso país.

Na terceira fase, visitaram-se os órgãos oficiais, especificamente a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Ação Social- SEMAS, a fim de buscar os dados que, eventualmente, não constavam nos cadastros disponibilizados. Na Secretaria Municipal de Educação-SEMED, um exemplo foi constar no bairro, o registro de creches já extintas, o que exigiu um esforço maior, no sentido de conferir, no local, cada endereço que apontava os mapas oficiais.

Ainda nesta fase foram pesquisadas a Secretaria de Moradia, urbanização e Regularização- SEMUR, Delegacia de Defesa da Mulher, Coordenadoria Municipal de Política para Mulheres, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo- SEMDESTUR, através do Sistema Nacional de Emprego – SINE.

Com o viés de caráter qualitativo, adotou-se para as entrevista de campo, a orientação de que, se alguma entrevistada demonstrasse vontade de expressar oralmente os seus entendimentos sobre as questões formuladas, que fosse permitido o espaço para as suas colocações. Assim, foram realizadas entrevistas com 212 mulheres no bairro Mariana.

Para tanto, o tipo de pesquisa adotada neste trabalho foi o estudo de caso, que segundo Triviños (1987), nessa categoria de pesquisa o objetivo é criar uma unidade que se analisa a natureza e a abrangência da unidade e os suportes teóricos que servem de orientação para o trabalho do investigador, além do que, os resultados poderiam ser testados em campo.

A partir do embasamento da pré-pesquisa com fontes institucionais, definiu-se a opção pela utilização de um estudo de caso simples tornando o problema pesquisável, de maneira a produzir respostas específicas às questões do estudo, ou seja, em que extensão as políticas públicas municipais influenciam na participação da mulher na produção do espaço?

Para tanto, decidiu-se pelo procedimento de correlacionar o proposto e defendido pela política governamental com os dados de campo verificando-se notável distanciamento entre a existência do Plano Municipal de Políticas Públicas e

as reais condições das mulheres no espaço social, o que potencialmente influenciou no amadurecimento das questões levantadas e problematizadas neste estudo.

## **1.2. Elementos da Pesquisa**

O trabalho iniciou com a pesquisa bibliográfica que abrangeu a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, textos legais, cópia de documentos, mapas, fotos, dentre outros. Todo material recolhido foi submetido a uma triagem, a partir da qual, foi possível estabelecer um plano de leitura.

Sendo assim, recorreu-se a utilização de um importante recurso do método de história oral que é a entrevista para a coleta de dados pertinentes as experiências individuais e coletivas daquelas mulheres. Desta feita, buscou-se tomá-las como protagonistas centrais desse percurso, inscrevendo suas lideranças na construção social e histórica desse lugar.

Para a realização das entrevistas foram escolhidas duas mulheres que fazem parte de dois movimentos urbanos no bairro, com trabalhos desenvolvidos com mulheres e crianças: Associação de Mulheres da zona leste – AGESLESTE e Associação de Mulheres do Bairro Mariana –COPEIBAMA, com uma longa trajetória no bairro, o que facilitou a compreensão dos antecedentes e contextualização dos fatos narrados.

Neste aspecto, vale destacar a participação de Izabel e Zilda, respectivamente com 64 e 34 anos de idade, através das quais chegou-se às 212 mulheres entrevistadas no bairro. A participação dessas duas mulheres, como entrevistadas e entrevistadoras, “sujeito e ator” Gramsci (1987), fundem-se para ação social.

## **1.3. Instrumentos de Coleta de Dados**

A pesquisa desenvolvida foi de natureza qualitativa, utilizou-se a coleta de dados, técnica utilizada como instrumento metodológico; entrevista semi-estruturada, o que oportunizou, tanto para entrevistada quanto entrevistadora, o protagonismo numa mesma ação.

Sob a ótica de Minayo (1994) a partir da conversação com o entrevistado, através de um roteiro antecipadamente elaborado, a entrevistada aborda livremente sobre o tema proposto, de forma que, mesmo com os dados adquiridos a entrevistadora teve flexibilidade ao utilizá-lo, privilegiando a fala individual.

Nesta pesquisa as entrevistas foram realizadas individualmente, duas a duas, entrevistadora e entrevistada. Com os objetivos pré-estabelecidos, houve a possibilidade de manter um contato direto com as mulheres entrevistadas (Ludke e André, 1986), o que na visão de Minayo (1994, p. 57) é uma forma de captar a realidade empírica e obter dados objetivos e subjetivos.

A entrevista semi-estruturada, ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, possibilita ao informante a liberdade de seguir “espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa”. Triviños (1987, p. 146)

Vale ressaltar que as perguntas norteadoras da entrevista semi-estruturada surgiram do embasamento teórico e também da experiência empírica sobre o objeto estudado. E que o conhecimento que as entrevistadoras tinham do bairro e da realidade local, facilitaram o envolvimento das entrevistadas com os depoimentos que foram além dos questionários.

Esta pesquisa baseou-se fundamentalmente em traços da abordagem quantitativa e qualitativa simultaneamente. Do modelo quantitativo, apropriou-se de um universo de 212 mulheres por dois fatores: primeiro, pelo fato das mesmas terem uma presença atuante em duas associações do bairro e, segundo, pelo fato de considerar que, neste estrato numérico, encontra-se uma representação social que agrega todas as tensões e contradições de uma determinada sociedade.

Entretanto, como identidade final alinhou-se com a abordagem qualitativa, tendo em vista, o que diz em linhas gerais Minayo(1994), quando fala que, ao

considerar a questão da amostra ideal, no caso de pesquisa qualitativa não atende a critérios numéricos, mas na aquela que reflete as múltiplas dimensões da totalidade. Neste sentido privilegiaram-se quais sujeitos da pesquisa e não quantas pesquisadas.

Assim sendo, optou-se pelo uso de um roteiro questionário comum, “instrumento de coleta de dados que são preenchidos pelos informantes, em alguns momentos sem a presença do pesquisador”. Pádua (2001, p.60). A entrevista foi utilizada para complementar e fazer o contraponto com os dados obtidos através dos questionários.

Com base em Bourdieu (1999), sobre a escolha do método, tomou-se o cuidado para que não fosse rígida ao ponto de intimidar as entrevistadas, mas com o rigor metodológico para alcançar o objetivo proposto, assim, essa pesquisa não seguiu um único método com rigidez, porém os métodos utilizados foram aplicados com rigor.

Sendo assim, para a pesquisa de campo foi selecionadas três militantes do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Para tanto, considerou-se o fato de que as três residiam no bairro e conheciam a realidade local, o que para Zaluar (1985, p.84), torna fator favorável, “como forma de estabelecer um grau de envolvimento, com a realidade vivida por eles”, o que também é a garantia de abrangência da diversidade do conjunto de informantes, no intuito de apreender semelhanças e diferenças.

A partir daí, foi realizado um curto treinamento, onde incluíram a apresentação dos objetivos da pesquisa, (estudo de caso), os cuidados para não induzir a resposta ou pressionar para obter respostas, quando o silêncio também pode ser traduzido, e o instrumento de coleta de dados para que pudessem familiarizar-se.

Quanto aos temas, foram apresentados, no âmbito da pesquisa o que se entende por gênero, políticas públicas, políticas de governo, espaço e um pouco da luta do movimento feminista e seu histórico. Também foi abordada a pesquisa social e metodologias o que proporcionou uma simulação da entrevista com o questionário,

para que fosse percebidas algumas situações que pudessem surgir, como a recusa de alguma mulher, em responder.

### **1.3.1. Organização e Análise dos Dados:**

De posse das informações, foi realizada a análise dos dados buscando uma compreensão profunda dos depoimentos coletados, confrontando-os com os conteúdos dos documentos selecionados e com as observações com o envolvimento da pesquisadora.

Por fim, na organização e interpretação dos dados coletados esteve presente a concepção do método dialético, esteira de uma corrente de formação político, teórico e ideológico, que permitiu “situar a fala das protagonistas em seu contexto para melhor compreensão”. Minayo (1994).

Buscou-se desta forma, aspectos que considera-se fundamentais para a interpretação nessa linhagem, como a conjuntura sócio-econômica do bairro, seguido das entrevistas e as histórias desse grupo de mulheres, no sentido de atingir o que diz Minayo (1994, p. 78): “ao mesmo tempo, ponto de partida e chegada da análise.”

As histórias de vidas, não foram transcritas na pesquisa, não por considerar irrelevante, uma vez que elas representam todo o contexto daquele espaço, onde as dimensões históricas, geográficas e econômicas levaram a exclusão que vivenciam, porém, foram formatadas nesta pesquisa, do ponto de vista da ação do governo municipal, que trata ou não das políticas públicas para essa população e apresentadas de forma coletiva na caracterização da comunidade do bairro.

Para a fase de organização e classificação dos dados, primeiramente fez-se um mapeamento dos dados obtidos no trabalho de campo e a organização dos relatos, para a identificação, com base nos textos, que foram relevantes na

pesquisa. A partir desse momento, estabeleceu-se uma conexão entre os dados e os referenciais teóricos, respondendo as questões da pesquisa que apontava para os objetivos estabelecidos.

#### **1.4. Marco Teórico**

Predominantemente este trabalho considerou a abordagem teórica de Milton Santos em que analisa o espaço geográfico como um sistema de objetos e ações.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidrelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (Santos 2006, p. 63)

Em sua visão, o espaço vem se transformando na medida em que surgem novas demandas impostas dia-a-dia ao homem para sua sobrevivência. “cada atividade humana muda conforme mudam historicamente, os tipos de produção”. SANTOS (1990, p. 162), para SANTOS (1990, p.163), “O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço”.

Para o autor os elementos do espaço, são os homens e as mulheres na qualidade de fornecedores/as de trabalho, ou de candidatos/as a isso. As firmas desempenham o papel na a produção de bens e serviços. As instituições na produção de normas, ordens e legitimações. O meio ecológico, o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano e as infra-estruturas no trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, etc, Santos (1985).

Ainda segundo Milton Santos, “o espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição social e do físico, um híbrido”. SANTOS (2002, p. 86). Desta forma Percebe-se que o espaço não é estáticos, ao contrário, ele se impõe “através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição do `bem viver” SANTOS (2002, p. 55).

Desta forma, entende-se que os elementos do espaço devem ser considerados como variáveis, considerando que a história muda o seu valor através de novos conceitos determinados pelas necessidades sociais e sua importância em dado momento. Assim, cada elemento do espaço tem um valor diferente segundo o lugar em que se encontra e que muda conforme o tempo e sua capacidade de produção, o que faz com que esses espaços de produção sejam ocupados de forma desigual.

Nas relações homem-espaço e mulher-espaço, há um redesenho formando novas configurações a partir da divisão de grupos, independentemente da sua vontade. Isso ocorre por diversos motivos, entre eles o fato de alguns grupos terem maior peso econômico e político, maior representação social ou até melhor capacidade técnica para participar do espaço de produção.

Nesta divisão, a participação da mulher no espaço de produção está vinculada à sua participação nas atividades reprodutivas, embora estas sejam condicionadas à natureza do processo de produção e ao processo de crescimento acumulação, as limitações de oportunidade ao emprego, à capacitação, ao acesso a vida pública social, política ao exercício dos direitos fundamentais, ou seja, em geral a mulher precisa combinar as necessidades de organização e reprodução da família com as condições de trabalho o que torna visível a divisão de trabalho por linhas de gênero.

O conceito de gênero está sendo tratado neste trabalho, segundo Scott (1990, p. 34), que contextualiza a sua criação com a finalidade de deslocar o foco das relações entre os homens e mulheres para o social, antes concebidas no âmbito



biológico, tidas como naturais, em outras palavras, o fato de que as realidades históricas são construídas, determinando o social, o cultural e as subjetividades definindo o que é ser homem e o que é ser mulher permitem a discussão em torno da igualdade de direitos.

Segundo a autora, analisar as relações de gênero, a partir de qualquer realidade histórica, sem dúvida é o caminho para mapear os regimes excludentes que por se repetirem em quase todas as culturas ao longo da história. Claval (1999) cita a geografia dos gêneros, como possibilidade de análise das relações existentes entre o espaço e o gênero a divisão do trabalho e a relação de poder entre eles.

Na obra Teoria da Organização Autogestionária, o autor faz uma descrição sobre as capacitações profissionais, onde ele percebe a situação da mulher como indivíduo dependente, ao mesmo tempo em que, num recorte racial, fala dos “critérios culturais que situam à mulher em um nível de marginalidade social absolutamente dependente do homem” transformando as capacitações para o trabalho em mero treinamento realizado por alguém. “Esse **alguém**<sup>2</sup> é geralmente, um branco”. Moraes (2002, p. 171)

É fácil compreender que as sequelas de vários séculos destas estruturas estão hoje ainda fortemente enraizadas nos usos diários e ainda seguem atuando, inclusive, nos países que conquistaram sua independência e mudaram seus sistemas educativos, especialmente no que se refere à capacitação dos setores social e economicamente mais marginalizados, como é a população rural e, dentro dela, as mulheres. (Moraes, 2002, p.172)

Essa linha de pensamento de Clodomir de Moraes também pode ser compreendida entre as mulheres no espaço urbano, ao perceber a disparidade social demonstrada no trabalho de homens e mulheres, onde a mão de obra feminina está ligada as atividades manuais e saberes considerados femininos como a delicadeza, organização, a paciência, para realizar tarefas monótonas, desta forma sua presença no espaço de produção fica restrita às funções ligadas ao trabalho doméstico, recepcionistas, telefonistas, vendedoras, desta forma, como tais características estão associadas ao gênero feminino, pressupõem que não precisam de treinamento, nem de capacitação.

---

<sup>2</sup> Grifo do autor.

A disparidade existente na produção do espaço também foi percebida por Ana Fani Carlos ao afirmar que o no mesmo “espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória”, sendo “a desigualdade espacial um produto da desigualdade social” (Carlos, 2007, p.23), dessa forma, se reproduz em todos os segmentos, categorias e gêneros.

A pauta das desigualdades tomou conta dos fóruns e conferências, em nível nacional e internacional que trataram temas relacionados especificamente à mulher, demonstrando assim, o histórico de lutas das mulheres organizadas em instituições não governamentais e movimentos sociais e como esses encontros determinaram várias mudanças em escala global sobre as relações de gênero.

Tais fóruns e conferências colocaram a pauta dos direitos das mulheres no cenário político, onde, mulheres de várias regiões, formularam questões específicas relacionadas aos direitos humanos, que mesmo sem a exatidão das palavras sob o ponto de vista mundial, o conceito de Direitos Humanos foi se constituindo numa possibilidade de diminuir as diferenças entre as pessoas, aqui especificamente, apoiado em um conjunto de instrumentos: Tratados, Convenções e Declarações, no qual o se tornaram um espaço de negociação e de mediação.

O lugar diferenciado dos homens e das mulheres nos espaços público e privado, para Michelle Perrot, é fruto da construção social da diferença sexual,<sup>3</sup> que contextualiza uma série de representações sociais, processadas dentro da família, no ambiente escolar, no mercado de trabalho e na mídia. Para Alessandra Kolontai, essas representações, precisam ser desconstruídas, e para isso, é necessário tempo para adaptação “ao arrancar as correntes enferrujadas que a aprisionavam, se viu frágil e inadaptada à luta do cotidiano e submetida à dependência econômica do capital” Kolontai ((2007, 17).

Nesses espaços de discussões, as mulheres, oriundas de movimento feministas ou organizações não governamentais, discutiam as disparidades no mundo do trabalho, no meio ambiente, na cidade, em fim, no espaço urbano, onde

---

<sup>3</sup> A palavra sexo provém do latim “sexus” e refere-se à condição orgânica (anatômico-fisiológica), que distingue o macho da fêmea. Sua principal característica reside na estabilidade, através do tempo.

as dificuldades cotidianas, posturas que, segundo Perrot (2005, p.222) “frustram a racionalidade do poder e estão diretamente enxertadas em seu uso do espaço e do tempo.

Para evitar a cilada da vitimização da mulher, mas, sobretudo, percebê-la como sujeito, Perrot (2005, p. 273), faz a reflexão de que as mulheres, “provavelmente em todos os tempos, não foram somente vítimas ou sujeitos passivos”. Esta mudança de olhar possibilita as reflexões sobre relações extremamente complexas entre patroas e empregadas domésticas, observa-se, em muitos casos a exploração no trabalho e o abuso de autoridade, por parte de mulheres assalariadas ou não, e no caso de crianças, sendo vítimas de espancamentos de suas mães.

Assim, o movimento organizado da sociedade civil, tanto na defesa do trabalho quanto na defesa dos direitos das crianças e do/a adolescente também participaram dos espaços políticos pautando as discussões que envolvem esses temas. Ao longo do tempo, a construção desse espaço de discussão, foi também a construção de pensamentos e reflexões acerca das relações de gênero e sua participação de forma organizada, onde, mulheres organizadas em movimentos sociais buscaram reconhecimento de suas histórias, pela violência e pelo seu trabalho invisível.

A Importância do espaço, enquanto espaço de poder é percebido por Paul Claval como demonstra texto abaixo:

A articulação da sociedade civil revela, nos espaços desmensurados que ela passa a abarcar, jogos múltiplos de poder: poder das organizações, influência econômica daqueles que dispõem dos meios de produção ou que são capazes de deter a circulação das riquezas; influência ideológica daqueles que anunciam o direito novo. O bem novo, as normas novas. Mas nem todos os conflitos podem ser resolvidos nesse nível. Claval (1979, p.169)

Nesta perspectiva percebe-se a força da sociedade civil organizada nestes espaços, estrategicamente dividida por temas. Claval, contudo, ressalta que, longe de esgotar todas as discussões, esse é apenas um nível de participação e discussão.

A possibilidade de utilizar-se do espaço, não como produto estático, mas onde homens e mulheres estabelecem relações sociais, é apreendido no pensamento de Soja (1993). “O espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produtos da transformação e das experiências sociais” ou ao afirmar que o espaço é político e ideológico e um produto literalmente repleto de ideologia. Nessa afirmação, Soja (1993, p. 102), apresenta o espaço como um produto intimamente ligado à reprodução das relações sociais, o que nos conduz à discussão de um espaço construído nas relações de classe, de gênero.

O espaço político, uma das reivindicações do movimento feminista<sup>4</sup>, avançou na direção da democratização do poder, tema de discussões nos movimentos de mulheres organizadas. Apoiadas na afirmação de Foucault (1935), que o espaço é fundamental em qualquer exercício do poder”, elas afirmavam que a democratização do espaço é fundamental em qualquer forma de vida comunitária.

As disputas pelo poder, segundo Silva (2005), estão relacionadas aos grupos sociais e sua posição no espaço nos processos de produção. Portanto, ocupar espaços de poder significa participar das decisões, posto sempre ocupado pelos homens, basta ver o número de mulheres ocupando cargos no poder executivo e judiciário, isso para não citar na empresa privada, como banco. Da mesma forma na disputa política, onde os partidos alcançam a cota obrigatória para mulheres, sem, contudo, discutir sua participação em igualdade com os homens.

Foi por através dos movimentos feministas organizados e articulados que a Organização das Nações Unidas - ONU, sob pressão, convocou as nações para elaborar em documento inicial, uma Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1963). Inicia-se, a partir daí, o processo de organização e preparação para a realização da I Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher (1967), as questões específicas da mulher foram colocadas numa agenda planetária, em que os representantes dos governos se comprometeram em ratificar as decisões em seus planos de governos.

---

<sup>4</sup> Feminismos: refere-se aos movimentos ou conjuntos de pensamento que defendem a igualdade de direitos entre os homens e as mulheres.

### **1.4.1. O Cotidiano Feminino e as Grandes Conferências**

A perspectiva feminina, evidenciada na rotina, sem vida profissional, presa ao seu cotidiano, a mulher aparece associada ao espaço privado, investida de múltiplas missões ditas femininas. Sem as mesmas oportunidades de escolhas do homens, além da reprodução, a sobra-lhes apenas a gestão da vida cotidiana”. Perrot (1988, p. 189),

Porém, ao contrário do que se possa pensar, essa vida cotidiana, não é imune às influências externas, como demonstra Morin (1990, p.44), “hoje cada um de nós é como o ponto singular de um holograma que, em certa medida, contém o todo planetário que o contém”, dando demonstração de que cada lugar é de certa forma, um mundo.

Ainda sob o ponto de vista de Morin, busca-se para a questão de gênero, a importância das discussões específicas de interesse da mulher, independente da dimensão espacial que está inserida, uma vez que, mesmo no espaço doméstico, sua dimensão local, pode ter uma comunicação com o espaço global.

Ainda sob esse cotidiano, Milton Santos, descreve o que podemos chamar de fiel descrição do lugar e seu papel social.

No lugar- um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestação da espontaneidade e da criatividade. Santos (2006, p. 322).

Nesta descrição, percebe-se a proximidade do local e do global, e a influência que um espaço tem sobre o outro, conforme pensamento de Milton Santos (2006) a localidade e globalidade, apesar de opostas se confundem.

Neste aspecto, o lugar privado foi transportado e ultrapassou o portão de casa; os temas que tratam das especificidades da mulher chegaram até a sociedade civil organizada, que por sua vez levou a discussão às conferências onde a pauta política materializa, ou pelo menos, tem a intenção de materializar, os problemas do cotidiano, seja do espaço do mercado formal, seja o espaço doméstico, de forma a torná-lo visível possível, portanto discutível.

Dessa forma, em Estocolmo, (1972), na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Direitos Humanos, a discussão em torno preservação ambiental, a mulher foi apresentada como potencial agente de desenvolvimento na luta contra a degradação ambiental, uma vez que, na maior parte do tempo está no espaço local, sente de maneira mais acentuada as deficiências relacionadas à falta de saneamento básico, a relação com as queimadas, as enchentes e de um modo geral com as consequências do aquecimento global.

Portanto, seu cotidiano foi visto como possibilidade de mudanças, por um lado como autora de ações como na conscientização da família sobre o uso racional da água e da energia elétrica, a separação do óleo de cozinha usado em vez do simples descarte na pia, a separação do lixo reciclável dentro de casa, o que a torna multiplicadora de ações, tanto na sua casa, no bairro onde mora ou no local de trabalho, e sob o ponto de vista de vulnerabilidade, morando em locais com risco ambiental, como ocupações em encostas, solos com erosão, invasões localizadas em lixões.

Sob a ótica de Milton Santos (1996), é no lugar que o cotidiano é compartilhado e a vida social individualizada. O lugar é o palco das representações humanas, onde os cenários se constroem a cada dia, com cheiro, sabor e sotaque. Lugar de encontros e desencontros é na cidade que percebe-se as ações das políticas sociais, sua efetividade e sua eficácia.

Nesta discussão sobre os problemas ambientais, pela primeira vez, a percepção do problema da degradação ambiental nos países desenvolvidos, abordou a participação da mulher como agente ambientalista e a necessidade de integrá-la na defesa do meio ambiente e no próprio processo de desenvolvimento através de suas experiências espaciais.

O documento oficial desse encontro expressou, por meio de alguns princípios, a necessidade de controlar os danos ambientais que a sociedade, principalmente a mais industrializada, havia provocado no ambiente e à saúde. Esta conferência contribuiu para colocar a questão ambiental no topo da agenda política do planeta e no Brasil, conforme Bursztyn, (1999) na obra *Amazônia Sustentável*, criou-se no Brasil em 1973, no âmbito federal, a Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA difundindo a noção que se articulava à idéia do direito dos seres humanos de viverem em um ambiente de qualidade, que permitisse uma vida com dignidade e bem-estar.

Ainda no desdobramento dessa conferência, realiza-se em Roma, no ano seguinte, a Conferência das Nações Unidas Pela Alimentação, momento em que se reconhece a necessidade de haver maior participação da mulher no processo de tomada de decisões sobre alimentação e nutrição, uma vez que já se aponta para a mulher como maioria entre as pessoas que passam fome no mundo.

Duas décadas depois, essa medida fora ratificada, conforme a Declaração Mundial sobre Nutrição, emitida pela Conferência Internacional sobre Nutrição, realizada em Roma, em 1992.

Todos os países do mundo têm indivíduos, famílias e grupos vulneráveis e desprivilegiados que não conseguem satisfazer suas próprias necessidades. Setenta por cento de todos os pobres são mulheres e esse fato deve ser levado em consideração ao se definir ações para erradicar a pobreza. Mesmo onde e quando há uma disponibilidade adequada de alimentos, a pobreza impede que todas as pessoas tenham acesso à quantidade e variedade de alimentos necessárias para satisfazer as necessidades da população. (...)

Nesta mesma declaração, traduzida em seu objetivo 2.4 refere-se à autonomia econômica e financeira da mulher como forma de reverter o quadro de pobreza, promover o acesso de todas as pessoas, particularmente de membros de grupos vulneráveis ou desprivilegiados, à educação básica e uma assistência primária de saúde, para fortalecer sua capacidade de satisfazer suas necessidades por conta própria.

Também em Bucareste, a Conferência das Nações Unidas sobre a População Mundial, realizada em 1974, destaca a importância da mulher para

determinar as tendências demográficas, o que implicou em uma ampla discussão sobre a concentração de poder de algumas nações e a miséria de que assolam outras.

Este foco possibilitou a discussão sobre a vulnerabilidade da mulher em diversas culturas, nas diversas religiões, nos diversos regimes e economias. Em toda sua fase de vida, desde a infância, passando pela fase adulta até a velhice. Ainda é maioria entre a população vítimas de abusos e violação dos direitos em estado de guerra, vivendo em assentamentos de refugiados e assentamentos urbanos precários.

Ao focalizar os problemas das mulheres trabalhadoras, o movimento feminista promoveu um debate político em torno de questões da realidade cotidiana, resultantes da deficiência da estrutura sócio-econômica do país, o que para Kolontai (2007, p. 20), retrata o quão penoso tem sido este processo: “é preciso adaptar-se à angustiante falta de espaço, preparar-se para a luta, ocupar o lugar correspondente a cada uma; têm que defender o direito de viver”.

As discussões em torno da igualdade de direitos da mulher, e sua representatividade em espaços públicos, alcançaram níveis internacionais, onde passaram a exigir igualdade de acesso à educação, à formação profissional e ao emprego, além de igualdade de condições no emprego, salário e assistência social, pauta colocada na Conferência da Década da Mulher- CMDM e fórum das organizações não-governamentais em Copenhague, Dinamarca (1980).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, teve como um dos seus produtos a construção da Agenda 21 Brasileira, Esse evento contou com o envolvimento de cerca de 40.000 pessoas de todo o Brasil. O documento Agenda 21 Brasileira, concluído em 2002, foi resultado de consulta à população brasileira, construída a partir das diretrizes da Agenda 21 global.

Assim, a Agenda 21 Brasileira, configura-se no instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável e tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizada com a conservação ambiental, justiça



social e o crescimento econômico. Entre as seções está o item Mulher Pobreza Direitos da Terra, Segurança alimentar e Crédito, que pede as Nações Unidas e governos que cessem as práticas discriminatórias que limitam o acesso das mulheres à terra e que provenham tecnologias apropriadas para reduzir o trabalho das mulheres.

As discussões se desdobraram na criação da Agenda 21 Local, com o foco voltado para as comunidades, foi considerado um processo integrador oportunizando a participação das comunidades locais, dos poderes públicos e das ONGs e entidades representativas nos processos de implantação. A ênfase dada no nível local estabelece a participação daqueles e daquelas que sentem e presenciam as dificuldades diárias vividas numa cidade. No nível local, as mulheres conseguiram se envolver e identificar-se com questões específicas relacionadas aos seus problemas.

Foi na II Conferência Mundial de Direitos Humanos, que houve o reconhecimento da mulher como sujeito de direitos e que todos os problemas humanos eram problemas também das mulheres, e, portanto, elas tinham o direito de participar no processo de tomada de decisões e na gestão de todas as questões humanas que envolvem suas vidas, não com um papel a desempenhar, mas como cidadãs.

Desta forma, o Art. 18 da Declaração dos Direitos Humanos, trata em seu texto da participação plena e igual da mulher na vida política, civil, econômica, social e cultural, em nível nacional, regional e internacional. Da mesma forma que trata da violência doméstica, como violação de direitos humanos. A erradicação de todas as formas de discriminação, com base no sexo, constitui objetivos prioritários da comunidade internacional.

Representantes de mais de 180 governos e 1254 organizações não governamentais se reuniram, na Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento, e mantiveram acordos em seus documentos oficiais, afirmando sinteticamente que o desenvolvimento sustentável é impossível sem a igualdade de gênero e a emancipação da mulher, levantando como um de seus objetivos

alcançar a igualdade e a justiça com base em uma parceria harmoniosa entre homens e mulheres.

Antes da virada do milênio, a Organização das Nações Unidas assina as oito metas do milênio, conhecida no Brasil como OS 8 Jeitos de Mudar o Mundo com o objetivo de promover o desenvolvimento global com base nas políticas de valores defendidos pela Declaração dos Direitos Humanos. Na pauta, a paz, segurança, desarmamento, erradicação da pobreza, proteção dos vulneráveis, destacando três objetivos voltados para a promoção da mulher, considerando dados das Nações Unidas que afirmam que dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres, e 80% dos refugiados são mulheres e crianças.

Às vésperas da Conferência de Beijing, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso revitalizou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Nomeou como Conselheiras, lideranças da sociedade civil. Com o subtítulo “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” a conferência instaurou uma nova agenda de reivindicações: além dos direitos, as mulheres reclamavam a efetivação dos compromissos políticos assumidos pelos governos em conferências internacionais através do estabelecimento de políticas públicas.

No Brasil, a Plataforma de Ação sobre a Mulher propositora de objetivos e ações a serem implementadas, foi aprovada sem reservas na esfera interna com o compromisso formal da implementação de uma estratégia abrangente visando superar as disparidades entre o gênero masculino e feminino, dando visibilidade as especificidades das mulheres.

Várias nações sediaram as maiores conferências, que tiveram representatividade, tanto em numero de participação de mulheres, como na qualidade das intervenções políticas nas tribunas, numa constatação da grande mobilização da sociedade mundial e representação oficial dos governos, onde sentaram na mesma mesa, sociedade civil e Estado, para a construção dos processos democráticos ali estabelecidos, conforme citamos abaixo alguns:

#### **Tabela 1 – Grandes Conferências e Convenções**

TEMA	GANHOS
Carta das Nações Unidas  Ano:1945	Elaborada após o término da Segunda Guerra Mundial, é considerada de extrema importância para a consolidação dos Direitos Humanos. Estabelece como um de seus princípios promover a cooperação internacional para a solução de problemas sociais, econômicos, culturais ou de caráter humanitário. Sua principal diretriz de atuação é encorajar o respeito aos Direitos Humanos e liberdades fundamentais para todos e todas, independentemente de raça, sexo, língua ou religião. (p.35)
Declaração Universal dos Direitos Humanos Local:EUA Ano:1948	Declaração que instaura o paradigma para a solução de conflitos individuais, internos e internacionais. Seu princípio mais importante é que os direitos do homem são universais, indivisíveis e inalienáveis.
Convenção Interamericana Sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher Ano:1948	Outorga às mulheres os mesmos direitos civis de que gozam os homens. Promulgada no Brasil por meio do decreto no. 31.643, de 23 de outubro de 1952.
Convenção da OIT no. 100  Ano: 1951	Dispõe sobre igualdade de remuneração. Ratificada pelo Brasil em 1957. Considerada uma convenção fundamental pela OIT, o que significa que deve ser ratificada e aplicada por todos os Estados Membros da Organização. Promulgada em 25/06/1957, por meio do Decreto nº41.721.
Convenção da OIT no. 103  Ano:1952	Dispõe sobre o amparo materno. Ratificada pelo Brasil em 1965. Promulgada em 14/07/1966, por meio do Decreto nº 58820.
Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher  Ano:1953	Determina o direito ao voto em igualdade de condições para mulheres e homens, bem como a elegibilidade das mulheres para todos os organismos públicos em eleição e a possibilidade, para as mulheres, de ocupar todos os postos públicos e de exercer todas as funções públicas estabelecidas pela legislação nacional.

<p>Convenção da OIT nº. 111</p> <p>Ano:1958</p>	<p>Dispõe sobre a discriminação em matéria de Emprego e Profissão. Ratificada pelo Brasil em 1965. Considerada uma convenção fundamental pela OIT, o que significa que deve ser ratificada e aplicada por todos os Estados Membros da Organização. Promulgada em 19/01/1968, por meio do Decreto nº. 62150.</p>
<p>Convenção da OIT nº. 156</p> <p>Ano:1981</p>	<p>Estende aos homens a responsabilidade sobre a família.</p> <p>Pendente de ratificação.</p>
<p>Convenção da OIT nº. 171</p> <p>Ano:1990</p>	<p>Dispõe sobre o trabalho noturno. Ratificada pelo Brasil em 2002. Promulgada em 08/03/2004, por meio do Decreto n. 5.005.</p>
<p>Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial – CERD</p> <p>Ano:1966</p>	<p>Acompanhando o ingresso de dezessete países africanos na ONU em 1960, a CERD foi realizada com o objetivo de se tornar um instrumento internacional no combate à discriminação racial. Foi assinada pelo Brasil em 1966 e ratificada em março de 1968. Promulgada pelo Brasil em 8 de dezembro de 1969, por meio do decreto no. 65.810.</p>
<p>Convenção Americana de Direitos Humanos,</p> <p>São José, 1969</p>	<p>Sob o propósito de consolidar, no continente americano, um regime de liberdade pessoal e justiça social baseado nos direitos humanos universais. Em seu primeiro artigo o documento resultante dispõe que “Os Estados-partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma, por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social”. (art.1). Promulgada por meio do decreto no. 678, em 6 de novembro de 1992.</p>
<p>I Conferência Mundial sobre a Mulher</p> <p>Cidade do México, 1975</p>	<p>Reconheceu o direito da mulher à sua integridade física, inclusive a autonomia de decisão sobre o próprio corpo e o direito à maternidade opcional. É proclamado a período de 1975- 1985 como Década da Mulher. Em 1975 foi declarado como o Ano Internacional da Mulher.</p>
<p>I Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher - CEDAW Ano 1979</p>	<p>Disponha aos países participantes o compromisso do combate a todas as formas de discriminação para com as mulheres. No Brasil, o Congresso Nacional ratificou a assinatura, com algumas reservas, em 1984.</p>

<p>II Conferência Mundial sobre a Mulher</p> <p>Copenhague, 1980</p>	<p>São avaliados os progressos ocorridos nos primeiros cinco anos da Década da Mulher e o Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para a Promoção da Mulher (INSTRAW) é convertido em um organismo autônomo no sistema das Nações Unidas.</p>
<p>Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher</p> <p>Nairóbi, 1981</p>	<p>Foi assinada pelo Brasil, com reservas na parte relativa à família, em 31 de março de 1981, e ratificada pelo Congresso Nacional, com a manutenção das reservas, em 1º de fevereiro de 1984.</p> <p>Em 1985 através do diálogo entre organizações da sociedade civil e governo, cria-se o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.</p> <p>Em 1994, tendo em vista o reconhecimento pela Constituição Federal brasileira de 1988 da igualdade entre homens e mulheres na vida pública e privada, em particular na relação conjugal.</p>
<p>III Conferência Mundial Sobre a Mulher</p> <p>Nairóbi, 1985.</p>	<p>São aprovadas as estratégias de aplicação voltadas para o progresso da mulher. O Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a década da Mulher é convertido no Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).</p>
<p>Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento</p> <p>ECO/92</p> <p>Brasil, 1992</p>	<p>A Agenda 21 dispõe, no artigo 24: “Pede-se urgência aos Governos para que ratifiquem todas as convenções pertinentes relativas à mulher, se já não o fizeram. Os que ratificaram as convenções devem fazer com que sejam cumpridas e estabelecer procedimentos jurídicos, constitucionais e administrativos para transformar os direitos reconhecidos em leis nacionais e devem tomar medidas para implementá-los, a fim de fortalecer a capacidade jurídica da mulher de participar plenamente e em condições de igualdade nas questões e decisões relativas ao desenvolvimento sustentável.” – art. 24.4 (pg.37).</p>
<p>II Conferência Mundial de Direitos Humanos</p> <p>Viena, 1993</p>	<p>Inclusão do dispositivo: “Os direitos do homem, das mulheres e das crianças do sexo feminino constituem uma parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. Este reconhecimento da diferença sem hierarquia entre os sexos marcará o final do século XX como um novo patamar civilizatório.</p>
<p>III Conferência Internacional sobre População e</p>	<p>Teve como tema central os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, ainda que tenha tido um enfoque mais</p>

Desenvolvimento  Cairo,1994	específico no debate sobre condições demográficas. Dedicou-se, ainda, à discussão sobre igualdade e equidade entre os sexos e o aborto inseguro foi reconhecido como um grave problema de saúde pública. (pg. 38).
Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará,1994.	Ratificada pelo Brasil em 1995. Define como violência contra a mulher “qualquer ato ou conduta baseada nas diferenças de gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Aponta, ainda, direitos a serem respeitados e garantidos, deveres dos Estados participantes e define os mecanismos interamericanos de proteção. Promulgada por meio do decreto no. 1973, em 1o de agosto de 1996.
IV Conferência Mundial sobre a Mulher  Beijing, 95	Foi assinada por 184 países a Plataforma de Ação Mundial da Conferência, propondo objetivos estratégicos e medidas para a superação da situação de descriminalização, marginalização e opressão vivenciadas pelas mulheres. Sobre a interrupção voluntária da gravidez, o Plano de Ação aprovado recomendou a revisão das leis punitivas para a questão.  Incumbido da implementação interna da Plataforma de Biejing, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher buscou a interlocução, a nível federal, com os principais ministérios da área social - Educação, Saúde, Justiça e Trabalho - e, a nível estadual e municipal, com governadores e prefeitos. Através de protocolos assinados com o CNDM, o Governo Federal e os Executivos locais comprometeram-se com políticas públicas capazes de traduzir na vida cotidiana das mulheres as mudanças democratizantes propostas na Plataforma de Ação.
II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos- Habitat II'96  Istambul, 1996	Reconhece que mulheres, crianças e jovens possuem necessidades específicas de viver em condições seguras, saudáveis e estáveis e afirma a participação plena e equitativa de todos os homens, todas as mulheres e jovens na vida política, econômica e social. Levantam a necessidade dos Estados incluírem, junto aos programas voltados para moradia o acesso livre para pessoas com deficiências e a igualdade de gênero.

Declaração do Milênio  Ano:2000	Objetivo nº 03 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;  Objetivo nº 05 - melhorar a saúde das gestantes  Objetivo nº 06 - combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; estabelecer uma parceria mundial para o Desenvolvimento.
III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e formas Conexas de Intolerância  Durban, 2001	É afirmado que o racismo, a discriminação racial e a intolerância correlata constituem uma negação dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e reafirma os princípios de igualdade como direito de todos e todas, sem distinções. É reafirmado, também, o dever do estado de proteger e promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todas as vítimas. É, ainda, apontada a necessidade de se adotar uma perspectiva de gênero e reconhecer todas as inúmeras formas de discriminação a que são suscetíveis as mulheres nos âmbitos social, econômico, cultural, civil e político.

Organização: Santos, Sandra Regina N. 2009

A Conferência do México realizada em 1975 representa, na esfera global, a primeira iniciativa, de defesa e promoção dos direitos das mulheres, com força para assegurar, em documentos, tratados e acordos internacionais, o princípio de igualdade entre homens e mulheres, já reconhecido desde 1945 na Carta da ONU e reafirmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Neste ano fica instituído como o Ano Internacional da Mulher.

E neste contexto chega-se à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1981) com a presença maciça de redes recém-criadas de organização de mulheres. Discriminação, neste contexto é o nome que se dá para a conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos tais como a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros. Como o próprio nome diz, é uma ação (no sentido de fazer ou deixar de fazer algo) que resulta em violação de direitos.

O estudo mundial da ONU, sobre o papel da mulher no desenvolvimento, marca o primeiro reconhecimento oficial da importância da mulher em todas as temáticas do desenvolvimento. “Com base no Art. 1 da Convenção da ONU para a

Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher- CEDAW (Comitê on the elimination of discrimination against women), órgão encarregado de supervisionar, discriminação contra a mulher significa “toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou o exercício pela mulher, independente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo”.

As políticas de ação positiva ou medidas especiais de caráter temporário como denomina a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, estimam-se conseguir a igualdade real ou efetiva mediante fórmulas de desigualdade normativa que procuram eliminar as consequências desfavoráveis da existência de diferenças de fato.

Agrega-se a essa luta os movimentos ecológicos que defendiam um desenvolvimento, que fosse sustentável, ampliando a discussão para uma escala planetária. Na década de 90, sob o debate da preservação ambiental, realizada no Rio de Janeiro, aponta na Agenda Global 21, para os compromissos visando o século 21. Com uma pauta bastante abrangente, o documento compreende temas como a preservação dos cursos de água, dos oceanos, da biodiversidade, o problema da desertificação. Porém, o grande problema da Agenda 21 se refere à sua execução, que demanda acordos que não se cumprem e falta de consensos

Entre 1990 e 1995, o Plano para a Mulher e Desenvolvimento abre uma outra perspectiva teórica e prática sobre fatores relacionados ao meio ambiente e, pela primeira vez, as agências e organizações da ONU, trouxeram uma abordagem ambiental e receberam tarefas para implementar um objetivo comum, lançando um novo olhar, sobre as Questões de População e Meio-Ambiente.

O marco da configuração dos direitos humanos das mulheres se deu na Conferência Mundial de Direitos Humanos. Seu documento final enfatiza a indivisibilidade e a complementaridade dos direitos humanos universais, bem como ressalta a necessidade de definir estratégias que contemplem aspectos como a diversidade cultural e os direitos das mulheres como direitos humanos.



Considerada, para o movimento de mulheres, a Conferência de *Beijing*, a maior e a mais influente de todas as conferências mundiais sobre a mulher, onde delegações governamentais e organizações não-governamentais reuniram-se para discutir uma série de questões relacionadas com a mulher, no cenário da igualdade, justiça social e Direitos Humanos, à luz da perspectiva de gênero e do reconhecimento da desigualdade entre os sexos.

Em Beijing, a comunidade internacional assumiu o compromisso de preparar uma nova agenda de desenvolvimento e colocar a dignidade e o valor da mulher de toda e qualquer classe, idade, etnia, filiação política, religião e qualquer outra orientação social no centro dos esforços visando à consecução da igualdade plena da mulher. No final do encontro, os governos adotaram dois documentos – A Declaração de *Beijing*, que manifesta o reconhecimento pela luta das mulheres e o compromisso com a igualdade de direitos e a dignidade humana.

Com *Beijing* veio à universalização dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que esses direitos eram especificados, e não mais a partir de um conceito abstrato de humanidade e sim baseados no reconhecimento da diversidade em função, principalmente, de gênero, raça e etnia, idade orientação sexual, dentre outros.

Esta pluralidade dos conceitos de sujeitos de direitos (mulheres, crianças, grupos étnicos e raciais) foi a base da nova linguagem dos direitos humanos, que também reconhece e incorpora novas dimensões, como a sexualidade, a reprodução, o meio ambiente e a luta contra a violência doméstica e a conquista do espaço de poder.

Porém para legitimar a participação das mulheres nos espaço político, houve um longo percurso, sendo necessário avançar no campo do direito, nesta perspectiva em 1988, com a promulgação da Constituição Federal houve inovação em diversos aspectos. Promulgada após intensa participação popular, estabeleceu no seu Art. 3º, como objetivo da República: “garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Porém, na implementação de políticas públicas pelos governos locais houve pouco avanço. Mesmo com a implantação de diversos equipamentos sociais, como centros de referência, casas-abrigo, delegacias especializadas, ainda há grande fragmentação, e descontinuidade das ações, que trata políticas sociais, neste estudo entendidas também como as de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento, etc.

Tais políticas, são consideradas de responsabilidade do Estado, quanto à sua implementação e manutenção envolvendo os órgãos públicos, as leis, regulamentos, diretrizes, planos, orçamento e outras decisões do poder público com o papel de orientar um determinado governo considerando sua espacialidade e temporalidade.

Por poder público, trata-se, aqui do governo: federais estaduais e municipais, incluindo executivo, legislativo e judiciário, inclusive autarquias e agências como bancos oficiais e órgãos de pesquisa e extensão, pois entende-se que as políticas públicas fazem parte importante do contexto no qual opera o setor privado e a Sociedade civil.

Na compreensão de Políticas Públicas, em relação ao nosso interesse na explicitação em relação à mulher, compreende-se como sendo Relações Governamentais no monitoramento, no acompanhamento, na compreensão e na antecipação das práticas e decisões de todos os poderes do governo (Executivo, Legislativo e Judiciário) e de seus agentes; diálogo e troca de informações e de opiniões com autoridades de governo através das Instituições.

Assim, ao tratar aqui de política pública, considerou-se a expressão do homem e da mulher na vida em sociedade, entendendo como direito e não privilégio dos seres humanos, afinal as políticas públicas, mencionadas nesse estudo, corresponde à ação do Estado, ou seja, às respostas do Estado para as demandas da sociedade.

Enquanto política pública, trata-se de tudo o que diz respeito a vida das pessoas em sociedade e em suas organizações em sua totalidade e não individualmente.

# Capítulo 2

## O BAIRRO MARIANA: LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

Cada lugar é à sua maneira, o mundo  
(SANTOS 2006, p.314)

O lugar é a possibilidade de ampliação de cidadania, do sentimento de pertencimento e da percepção da identidade, além da compreensão de que o cotidiano é parte fundamental das nossas ações e de possibilidade de transformação. Já, Milton Santos (1996) indica que estamos no mundo a partir do lugar e que devíamos compreender o mundo a partir do lugar, espaço de coexistência e de ações compartilhadas.

O município de Porto Velho limita-se ao norte, noroeste e nordeste com o estado do Amazonas; a sudeste com os municípios de Cujubim, Machadinho e Candeias do Jamari; a leste com os municípios de Candeias do Jamari e Alto Paraíso; ao sul com os municípios de Campo Novo e Nova Mamoré; e a oeste com o estado do Acre e República da Bolívia. Encontra-se a 3.061km do litoral norte do Brasil, numa área de 34.209 KM; se estende ao longo da Margem direita do rio Madeira, afluente do rio Amazonas, do qual se diz que, “quem bebe de suas águas, ainda que vá embora, volta sempre”.

Além do perímetro urbano, abrange outros 12 distritos: Abunã, Calama, Extrema, Fortaleza do Abunã, Jacy-Paraná, Mutum-Paraná, Nazaré, Nova Califórnia, São Carlos, Vista Alegre do Abunã, e Demarcação, sendo que Calama, Nazaré, São Carlos e Demarcação o acesso se dá somente por via fluvial. Com duas rodovias federais a BR-319 e a BR-364, principal delas, corta todo o estado de Rondônia. A cidade tornou-se um município, político-administrativa no dia dois de outubro de 1914, em 13 de setembro de 1943, como capital de novo Território

Federal do Guaporé que, mais tarde, em 17 de fevereiro de 1956, passou a se chamar de Território Federal de Rondônia, em homenagem ao Marechal Cândido da Silva Rondon.

Sua localização, segundo IBGE/2007 é longitude oeste: 63, 54 minutos 14 segundos; latitudes sul: 8 graus 45 minutos e 43 segundos. Com clima equatorial quente úmido, com temperaturas: máxima de 40°C e mínima de 16°C e média das máximas de 31,8°C média das mínimas igual a 27,7° Com períodos de chuvas, no chamado inverno amazônico, que vai de dezembro a março. Período de calor, verão amazônico, com poucas chuvas de agosto a novembro. Altitude em relação ao nível do mar 98m. Correspondendo 54.016 km² área total do município.

Segundo a última contagem realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2007), o município de Porto Velho conta com uma população de 387.964 habitantes (Tabela 01), distribuídos entre 66 bairros no perímetro urbano, três reservas indígenas (Karitiana, Kararaxi e Karipuna), além de 12 distritos na zona rural. Esta população constituída por pessoas vindas de todos os recantos do Brasil, de outros países, misturou hábitos e sotaques de todo o país mantendo, porém, os valores culturais dos povos indígenas e das populações tradicionais.

**Tabela 2** - População Residente por ano no município de Porto Velho.

<b>ANO</b>	<b>POPULAÇÃO</b>
2002	347.844
2003	353.961
2004	380.884
2005	373.917
2006	380.974
2007	387.964

FONTE: IBGE, 2000

Conforme a Tabela1, há um acréscimo considerável no crescimento da população, o que demonstra que Porto Velho ainda continua atraindo muitas famílias do interior do Estado ou de outras regiões.

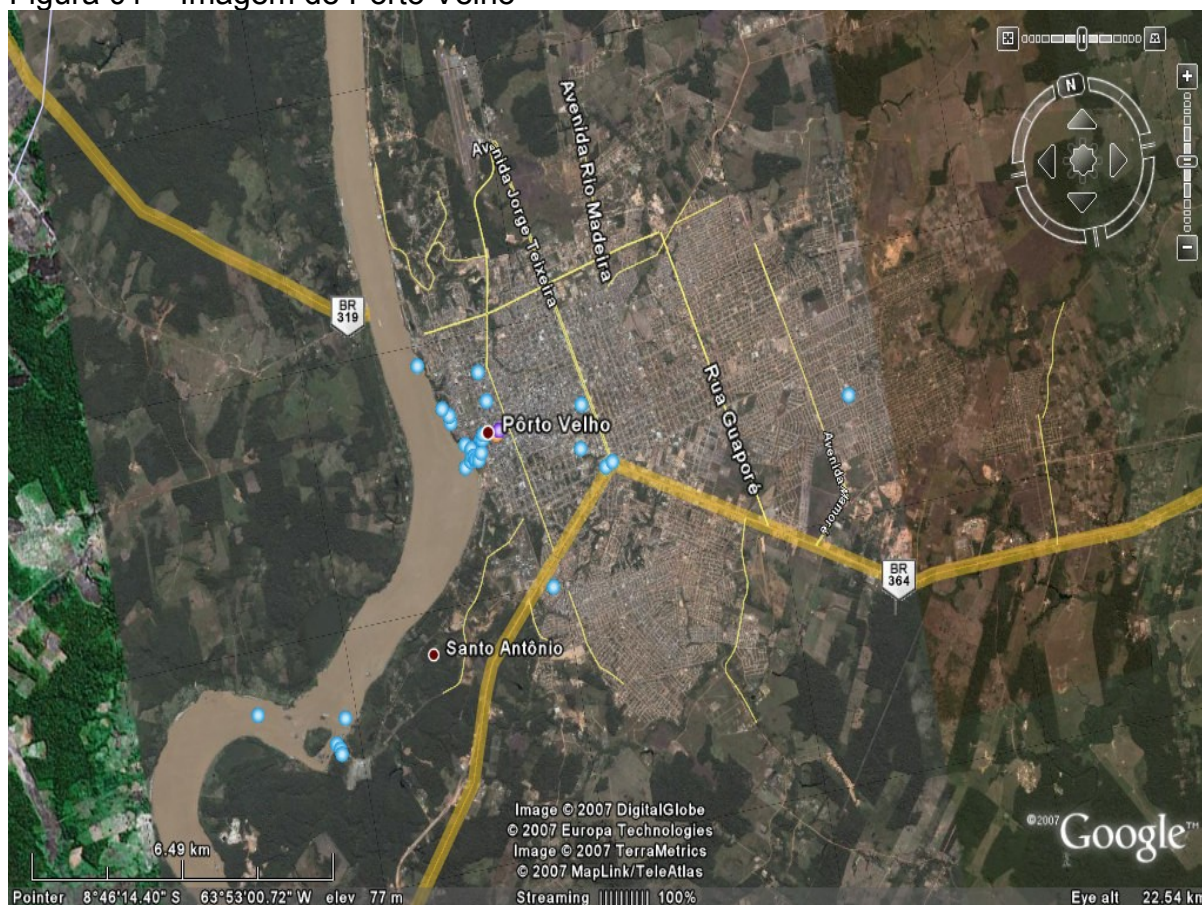
**Tabela 3** - População Residente por sexo na zona urbana e rural no município de Porto Velho

RESIDENTE TOTAL		URBANA		RURAL	
Homens 166.737	Mulheres 167.924	Homens 134.647	Mulheres 139.062	Homens 32.090	Mulheres 28.862
<b>334.661</b>		<b>273.709</b>		<b>60.952</b>	

FONTE: IBGE, 2000

Segundo o IBGE-2000, o contingente populacional feminino, na zona urbana, supera o masculino e a maioria da população mora na zona urbana. Ainda segundo o Censo de 2000, a expectativa de vida ao nascer estava em torno de 64,81 anos e a taxa de crescimento anual do município em 2006 era de 27,48%, segundo os dados disponíveis no site do IBGE para o ano 2000([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

Figura 01 – Imagem de Porto Velho



Google/ acesso: 2009

Com um déficit habitacional de cerca de 22 mil moradias, segundo a Secretaria Municipal de Moradia, Urbanização e Regularização (2008), essa população de distribui nos 74 bairros, sendo que os mais populosos ficam na zona leste, considerados pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, como a região com alto índice de violência.

Criado através de uma invasão da década de 80, seu nome se deu em função de um balneário (Balneário da Mariana), freqüentados por profissionais do sexo, onde por algum tempo configurou-se na única opção de lazer para centenas de pessoas em Porto Velho. Sua ocupação se deu por pessoas de baixo poder aquisitivo que, em busca de novas possibilidades econômicas, de moradia, se fixaram em volta do balneário.

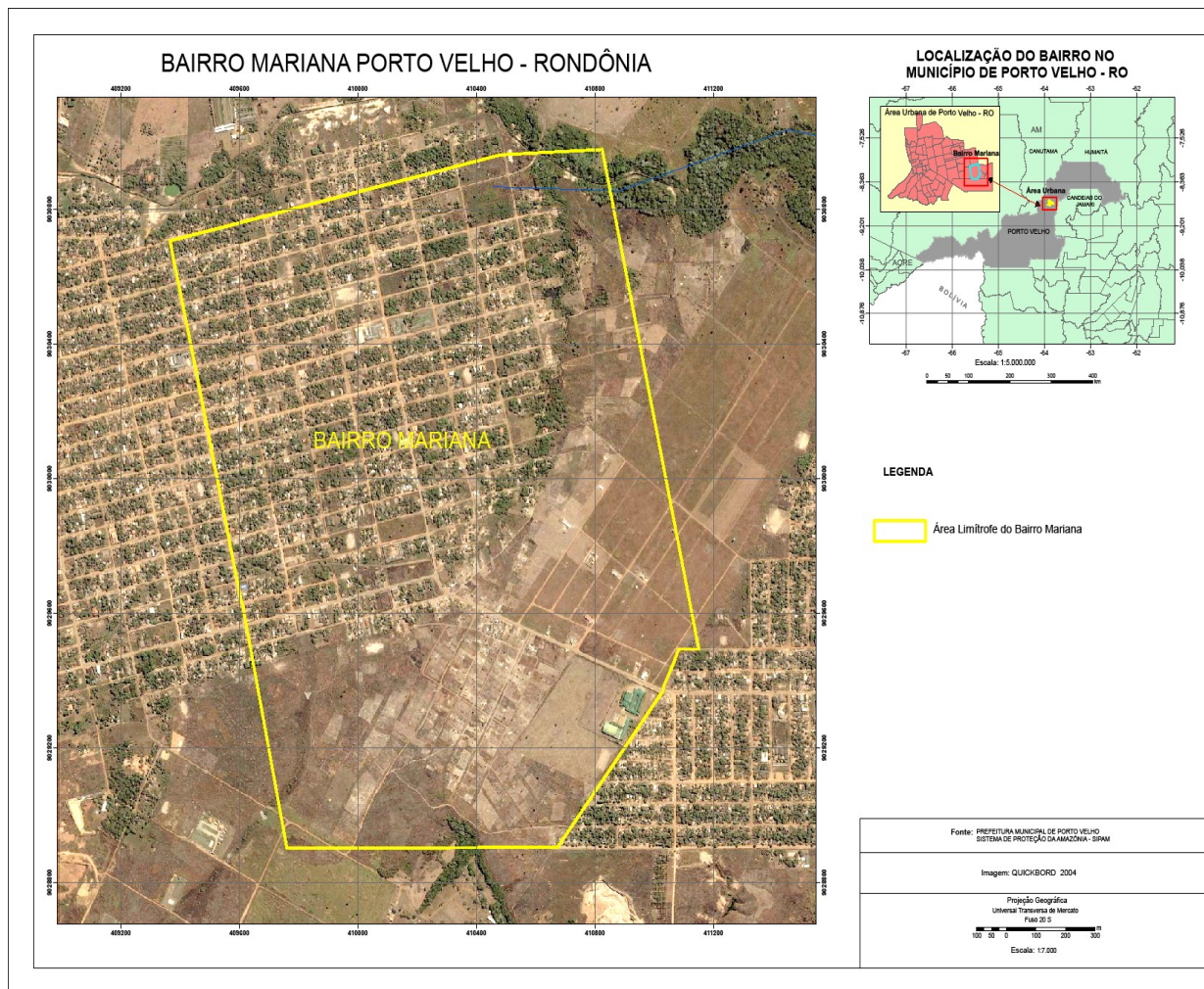
Com uma população de 5.482 sendo 2.792 homens e 2.690 mulheres IBGE/2000, é considerado um bairro dormitório, onde a grande parte da população que ali reside trabalha nos arredores do centro de Porto Velho e só retorna durante a noite, o que faz do bairro um espaço de vidas particulares, localizado na região mais populosa, da área urbana, do município de Porto Velho.

Usamos a afirmação de Milton Santos, sobre as regiões subdesenvolvidas para aplicar no bairro Mariana onde o aspecto demográfico não está ligado ao seu desenvolvimento, ao invés, apresenta “uma débil urbanização e um fraco nível de atividade econômica (2008), mico, Santos (2008, 140), onde convive com o avanço de comércios que se diferenciam, por sua modernização no atendimento e decoração de suas vitrines de exposições e grande poder de competitividade, sufocam àqueles que, tradicionalmente são mantidos como iniciaram há algumas décadas.

A característica da população do bairro segue a organização do espaço de habitação, do espaço de moradia, do espaço comercial, Santos (2008), todos estão de certa forma, ligados entre si. O comércio, bar ou restaurante é a residência do/a proprietário/a, da mesma forma que a escola comunitária funciona no mesmo terreno da residência e o/a vendedor/a de peixe.



Figura 2- Localização do bairro Mariana no município de Porto Velho



Sem características de urbanização definida, a falta de infraestrutura, o grande número de terrenos vazios coberto pelo mato, e com um crescimento mais acentuado do que o núcleo central, muito embora, de acordo com Milton Santos noções de centro e periferia já não se aplicam, pois o centro poderá estar situado a milhares de quilômetros de distância e a periferia poderá estar dentro do próprio centro.

O termo periferia, aqui utilizado, é referenciado, pelo senso comum, como um espaço vivido por determinado segmento populacional pobre, onde não se considera a prática socioespacial e a pluralidade das práticas sociais que produzem esse espaço. De acordo com, Durham (1986, p. 86) é na periferia que está a população pobre, onde se concentra um "espaço que lhe é próprio", onde constitui a expressão mais clara do seu modo de vida.

Mantendo um crescimento horizontal, sua arquitetura vai se diferenciando da verticalização que acontece nos centros da cidade, ou dos condomínios, o bairro Mariana foi caracterizado por seus imóveis ilegais. Segundo a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação – SEMUR, somente no ano de 2009, iniciou por parte da prefeitura municipal de Porto Velho o processo de regularização fundiária concedendo a escritura para o bairro Mariana.

Destaca-se, neste programa de regularização fundiária, que no Brasil veio na forma da Lei 10.257/2001 – Estatuto da cidade, ações de governo que potencializaram o enfrentamento das questões urbanas, uma delas foi a inclusão do nome da mulher, que convive, formal ou informalmente com o companheiro, independente do estado civil, como titular. Segundo a SEMUR, 72% das 15 mil escrituras entregues estão no nome das mulheres.

A falta de orientação técnica profissional é uma característica marcante nas construções de residências, no bairro, o que representa residências sem planta, espaço desproporcionais. Grande parte das residências são formadas por um só cômodo, conjugando quarto, sala e cozinha. Abaixo trecho da descrição do relatório da Missão de Relatoria Nacional à Moradia e à Terra Urbana em Porto Velho/RO em maio de 2004(p.17).

A cidade de Porto Velho mostra feridas decorrentes do crescimento desordenado. Os bairros periféricos são formados por aglomerados de habitações precárias de maneira, algumas inclusive cobertas de palha ou plástico preto, sem ordenação ou infra-estrutura. Em grande parte, resultam de ocupações de áreas vazias, por uma população sem-teto que chegava a capital.

O arranjo espacial das construções, demonstrada é semelhante entre si. Ao redor da casa, espaço pouco aproveitado, dispõe de poucas benfeitorias, em geral de acordo com alguma atividade comercial, também conhecido como “puxadinho”, dispõe de várias utilidades, desde a venda de comidas rápidas, feita e comercializada, em pelas mulheres, que vêm, na venda de salgados, doces, bolos, e até comidas rápidas: churrasquinho com baião de dois e farofa como uma forma de complementação da renda. Cada vez menos utilizado, diante do processo de industrialização da comida



Figura 03 – Imagem de puxadinho comercial



Foto: Sandra Regina Nunes dos Santos

O comércio nos puxadinhos é, em sua maioria, utilizado pelas mulheres para resolver a questão econômica, porém essa atitude não a exclui do trabalho doméstico, ao contrário acumula o trabalho e o cuidado com a casa. Nesses comércios, grande parte estão, relacionados a alimentação e serviços relacionado a estética; diferente do comercio administrado pelo homem que oferecem serviço como conserto de eletrodoméstico, bicicleta, etc. as mulheres comercializam, churrasquinho, bolos, doces frutas, verduras e serviços como manicure e cabelereira.

É importante destacar que, nestes “puxadinhos”, espaços estratégicos residenciais, surgiram também ações culturais de iniciativa local, a “cultura da periferia” (Hollanda, 2005), que organizados participam de movimentos sociais, como movimento negro e movimentos de cultura como *hip hop*, capoeira, quadrilhas, como no caso da Cooperativa do Bairro Mariana – COPEBAMA, localizado na residência na diretora da cooperativa, responsáveis por colocar na pauta das discussões os temas referentes às questões espaciais, sociais, étnicas, de gênero e culturais.

Outras formas de organização também são percebidas nesses espaços, como catadores de materiais de recicláveis de rua, grupos religiosos, grupos de oração, encontro de revendedoras de cosméticos, porém, em todos esses essas atividades o trabalho doméstico, ainda vem em primeiro lugar. As reuniões e encontros são marcados em função das atividades domésticas, ou seja, depois do almoço ou

jantar, depois da arrumação da casa, do banho das crianças. Essa demonstração remete-nos a afirmação de Marilena Chauí sobre a dependência das mulheres, mesmo que subjetivas como afirma Chauí (1985, p.47) “Definida como esposa, mãe e filha (ao contrário dos homens, para os quais ser marido, pai e filho é algo que acontece apenas), são definidas como seres para os outros e não como seres com os outros”.

De forma geral, em todo o bairro às atividades relacionadas ao trabalho e renda não são uniformemente definidas. Na rua Plácido de Castro, onde se concentra o centro comercial, as bicicletas disputam o espaço com os carros e pedestres. As lojas comerciais, em sua maioria, estabelecimentos pequenos, usam as calçadas como vitrine móvel, para exposição de roupas, móveis ou confecções. Da mesma forma com que, ilegalmente, é utilizada por vendedores de CD e DVD “pirata”. O trabalho formal e informal ocupam o mesmo espaço.

Figura: 04 Imagem da utilização da calçada



Foto: Sandra Regina Nunes dos Santos

Nos pequenos estabelecimentos composto por um ou dois funcionários/as, com salários de até dois salários mínimos, concentram as principais atividades comerciais. Vale destacar a divisão de gênero nas atividades comerciais, onde observa-se que nas lojas de confecções e nas vendas de eletrodomésticos, as mulheres, na faixa etária de 18 a 25 anos, solteiras e com apenas um/a filho/a, estão em maior concentração. Já os homens estão presentes em maior número nos comércios de materiais de construção e equipamentos para carro. Também são unânimes no trabalho de vigilante noturno.

Essa divisão de função, segundo Abramo (1998), pode indicar um novo modelo de flexibilização, onde, o trabalho pouco qualificado e mal pago Harvey (1992) passa pela utilização de formas de emprego precárias, como contratos de curta duração, empregos em tempo parcial e/ou trabalho em domicílio, geralmente ligados a trabalhos manuais ou que envolvem habilidades tidas como características femininas como, por exemplo, a paciência para realizar tarefas monótonas e repetitivas a atenção aos detalhes e que por julgarem estar associada ao gênero feminino não precisam de treinamento e nem capacitação, o que não onera a contratação.

No transporte coletivo de ônibus fornecido por roteiros que passam pelo núcleo central da cidade, percebe-se um grande número de pessoas que se deslocam para o trabalho no centro comercial de Porto Velho, da zona central, porém, não foi constatada, neste trecho, a presença de mulheres desempenhando a função de motoristas ou cobradora de ônibus. Ao contrário, observou-se que em maior número são as mulheres as pessoas que transportam as crianças no horário escolar, geralmente de bicicleta. Nos carros, coletivos ou particulares, são os homens a maioria, o que demonstra a diferença de poder aquisitivo entre os dois.

No contexto das políticas públicas relacionadas com a democratização dos espaços e as atividades de lazer, percebeu-se que a falta de programas e espaços destinados ao lazer das crianças, jovens e adultos, torna um limitador para a população de baixa renda, por falta de tempo e condições financeiras, conforme Marcellino (1996, p.26)

...as camadas menos favorecidas da população vêm sendo expulsas para a periferia, e, portanto, afastadas dos serviços, dos equipamentos específicos, justamente as pessoas que não podem contar com as mínimas condições para a prática de lazer em suas residências e para quem o transporte adicional, além de economicamente inviável é muito desgastante.

Desta forma, para os homens, mesmo os terrenos vazios transformam-se em espaço de diversão, como por exemplo, o caso dos campinhos de futebol. Para as mulheres, o espaço reservado como o mais seguro e adequado está o espaço privado do lar, onde a televisão se torna uma alternativa de lazer, que para Michele Perrot é a “segregação sexual do espaço” Perrot (1998 p. 218). Em comum, os

espaços de diversão são os bares, preferencialmente quando estão acompanhadas de uma figura masculina, tornam-se uma opção principalmente para os horários noturnos e finais de semana

Figura:05: Imagem de campo de futebol

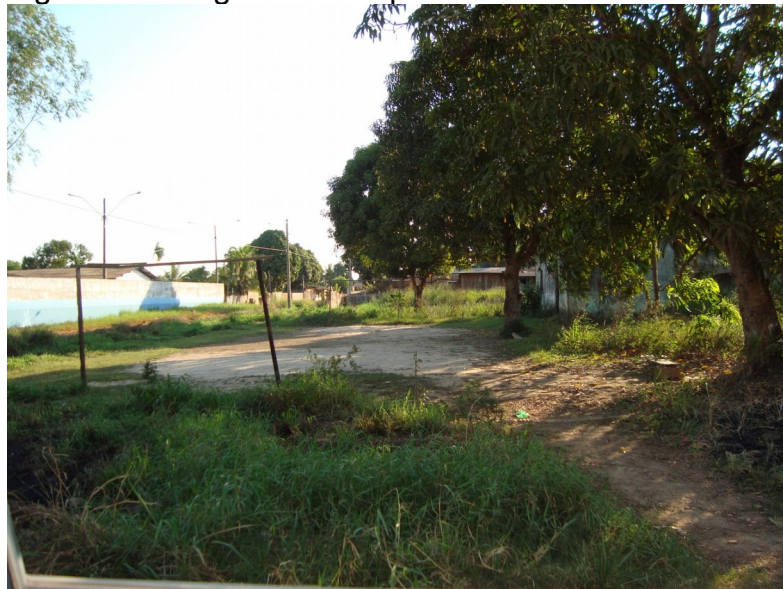


Foto: Sandra Regina Nunes dos Santos

Desta forma, a naturalização do cotidiano da mulher do bairro Mariana, passa despercebida pelas organizações lá constituídas, pelas Associações de Moradores, Associação de Mulheres e pelas próprias mulheres que se acostumam com os cenários e constroem suas identidades a partir das construções sociais, vivenciadas na exclusão e limitação espacial.

Construída a partir da exclusão, a Associação Unidas Pela Vida, associação de mulheres catadoras de materiais de reciclagem, como latinhas e garrafas de refrigerante, utilizam o espaço das ruas do bairro, como o espaço financeiro. Em seus carrinhos, recolhendo materiais para negociar, elas encontram a autonomia financeira através do que é descartado por quem não precisa. Para elas a cidade constitui no espaço da rua, o espaço, num instrumento de resistência onde disputam os materiais reciclados com os catadores do gênero masculino.

Com um posto de saúde para atender também o bairro São Francisco, com apenas um médico com a especialização de clínico geral para atender a uma



demanda que, segundo a enfermeira (seu nome não será identificado), esta acima de sua capacidade. Sem instalações adequadas para exames específicos, as mulheres, crianças e idosos, dividem o pequeno espaço, com pouca iluminação. Neste local, percebe-se a presença de mulheres, crianças e idosos; sendo que os dois últimos chegam acompanhados pelas mulheres.

Outro espaço em que a presença das mulheres foi observada foi os templos religiosos. As Igrejas Evangélicas, Igrejas Católicas, Centro Espírita e Terreiro de Candomblé, porém apesar de representar maior número, elas estão fora da direção destas instituições ou do *status* de líder. Nos Terreiros, os “Pais de Santo”, observado nessa pesquisa vem ocupando, cada vez mais, um espaço antes ocupado pelas mulheres, as “Mães de Santo”.

Figura 06: Imagem de templo religioso



Foto: Sandra Regina Nunes dos Santos

As igrejas evangélicas, em maior número no bairro Mariana, conseguem horários alternativos para as mulheres. Com a dificuldade para sair de casa a noite, elas freqüentam os cultos, pela manhã e a tarde; geralmente acompanhadas de duas ou três, em uma rede de solidariedade, levam suas crianças que são cuidadas pelas próprias vizinhas ou pelo benefício disponibilizado pela igreja.

Nesses espaços, o amor a paciência e a resignação são reforçadas, para as mulheres, foco deste trabalho, como valores e conceitos tidos como

características femininas. Tanto nas igrejas evangélicas, quanto nas igrejas católicas e filosofias espiritualistas; É de lá que vem os benefícios, espirituais, com as correntes e campanhas de oração e, caso necessitam, os benefícios materiais como cesta básica, roupas semi-novas e utensílios domésticos.

Segundo Claval (1992) o espaço geográfico é dinâmico e plural, e o espaço da religião é parte integrante da totalidade do espaço geográfico. Para as mulheres, foco deste trabalho, a igreja é uma forma de buscar “bem-estar”, lá é permitido gritar, chorar, rir; prestam serviços voluntários, são solicitadas. Para Silva & Saraiva (2008) as igrejas e outros espaços religiosos oferecem para as mulheres um espaço social, onde acumulam capital social e cultural.

## **Capítulo 3**

## **A SITUAÇÃO DA MULHER NO BAIRRO MARIANA**

A cidade reproduz espacialmente a situação de discriminação social vivida pelas mulheres. Para elas o acesso aos lugares públicos implica em um esforço maior; o simples ato de andar pelo bairro Mariana exige determinação, pois, as ruas cada vez menos projetadas para os pedestres ou ciclistas, obriga uma disputa com os carros, comprometendo a acessibilidade sendo agravada a medida que se distancia dos centros urbanizados.

A distância entre moradia e trabalho no caso de comércio e órgãos públicos, dificulta o acesso a serviços públicos e sua entrada no mercado formal de trabalho. Sem condições financeiras, as mulheres desta pesquisa, não frequentam cinemas, clubes, criam sua própria forma de cultura e lazer, se adaptando as condições que lhes são expostas. Para Corrêa (2002) essa situação se mantém, pois o Estado e os agentes imobiliários continuam criando espaços particulares que diferencie e separe as classes com maiores e menores condições financeiras.

Outro aspecto que dificulta a mobilidade são os terrenos vazios, subutilizados, que configuram áreas abertas dentro do perímetro urbano da cidade, esses espaços ociosos, tornam-se obstáculos, quando se trata do acesso a escola em horários noturnos. O mesmo medo também impede o acesso de mulheres e adolescentes à escola, cursos de capacitação e até mesmo do trabalho no horário noturno.

Apesar das evidências que ligam a mobilidade da mulher e a segurança da cidade, o tema não foi discutido nas Conferências da Cidade do município, ou na elaboração do Plano Diretor sob a perspectiva da segurança da mulher e o direito da mobilidade. A ausência do diálogo entre as secretarias municipais colabora para a ausência de uma política interna que faça a intersectorialização, sob o ponto de vista do direito, enquanto cidadã, estabelecido na Constituição Brasileira (1998, art.182), em seu objetivo de garantir o direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer.

Outro destaque é o fato de que a realidade dessas áreas ociosas e subutilizadas contrapõe-se com a superlotação do bairro que cresce em direção contrária ao centro comercial da cidade e compromete a mobilidade da mulher no bairro.

Figura 07: Imagem de terreno baldio



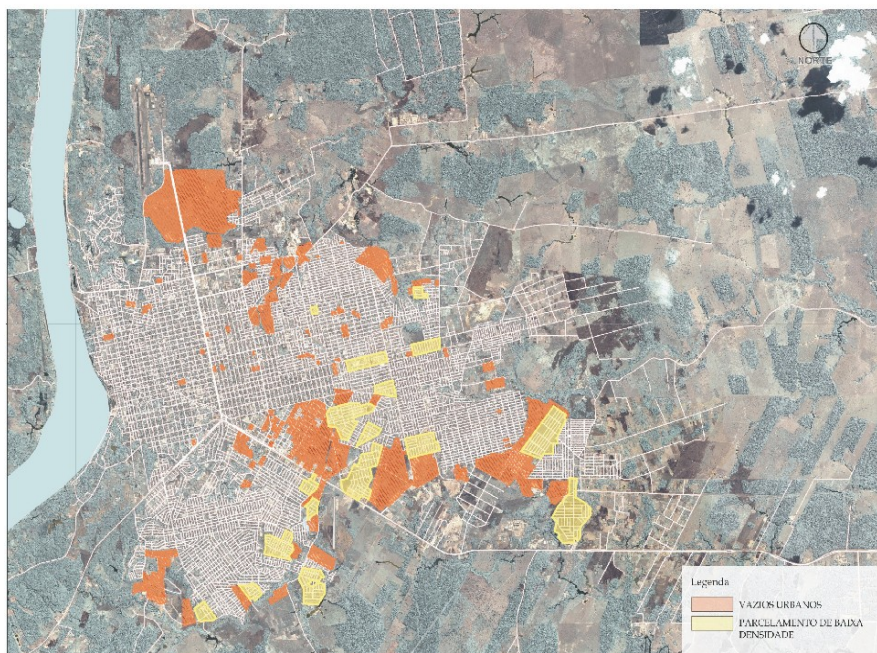
Foto: Sandra Regina Nunes dos Santos

Para as mulheres, foco neste trabalho, a necessidade de atravessar ruas escuras, onde o mato cobre a visibilidade do terreno, significa estar exposta a uma situação de vulnerabilidade mediante aos fatos relacionados à violência contra mulheres crianças e adolescentes, ações simples como usar o telefone público pode significar estar em zona de perigo.

Neste sentido, a falta de iluminação das ruas e pontos de ônibus em locais ermos, colabora para o seu afastamento dos espaços sociais e políticos em que as atividades sejam em horários considerados inseguros, do ponto de vista da segurança pública.

Figura 08 - mapa dos vazios urbanos de Porto Velho





Vazios Urbanos



## PLANO DIRETOR DE PORTO VELHO | 2007

Segundo a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação, apesar das evidências dos vazios urbanos e sua discussão na construção do Plano Diretor não há estrutura para fazer o monitoramento desses espaços. Em alguns casos, esses vazios urbanos são ocupados sob a orientação de movimento social ou dirigidos por pretensos/as parlamentares, que buscam o reconhecimento da ação em forma de voto, mas de um modo geral estão a serviço da especulação imobiliária.

Os vazios urbanos aparecem nas discussões como possibilidade de expansão urbana, através da SEMUR, porém em momento algum a discussão passa pela segurança da mulher, que mora sozinha, que trabalha ou estuda durante a noite e que precisam passar por estes espaços de medo. Para as mulheres foco desse trabalho, a falta de segurança, o medo tem sido um dos motivos que as tem afastado de cursos de qualificação, e portanto, do mercado de trabalho.

Com construções irregulares avançando nas ruas sem asfalto, no bairro Mariana é comum ver esgoto correndo pelas ruas, água parada em frente às

residências e terrenos vazios coberto por mato. A noite mal iluminada, por falta de postes ou apenas lâmpadas, torna-se perigosa para quem precisa passar por ela.

Durante o dia é comum ver um grande número de crianças nas ruas, brincando, próximo de casa, em dias de aula. Esses espaços vazios tem sido utilizado para depósito do lixo doméstico e posteriormente para pequenas queimadas, prática comum entre os/as moradores/as do bairro.

Figura 9 – Imagem de ruas com espaços vazios



Foto: Sandra Regina Nunes dos Santos

Em 1997, esses aspectos foram observado no relatório do Projeto Úmidas<sup>5</sup>, que, já naquela época, alertava para a possibilidade de um crescimento relativamente acelerado de áreas de habitação precária, como loteamentos irregulares e clandestinos, favelas, ocupações, áreas de risco em Porto Velho, atingindo diretamente as mulheres e crianças.

---

<sup>5</sup> Relatório Úmidas, do ano de 1997, elaborado a partir de informações do Planafloro (Plano Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia. O relatório identificou uma demanda de 15 mil unidades habitacionais, em 1991, para atender uma população que recebe de três a cinco salários mínimos. Estimulo-se em 60 mil o número de moradores sem condições dignas de moradia. Chama atenção a carência de infra-estrutura básica na cidade. Apenas 50% da população portovelhense é abastecida por água potável pela Companhia de águas e Esgoto de Rondônia (Caerd) e que apenas 3% é atendida pela rede de esgotamento sanitário.

Com a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres - I CNPM instituiu-se, a responsabilidade do Estado Brasileiro e seus governos municipal, estadual e Federal, com o fim da desigualdade de gênero, como também a responsabilidade do Estado e seus governos com o fim do racismo e da injustiça econômica, que atingem a grande maioria das mulheres brasileiras.

Nessa mesma I Conferência, tratou-se de elaborar diretrizes, para desenvolver os planos locais de políticas para mulheres e instituir mecanismos participativos como instrumentos necessários para elaborar políticas e fazer controle social sobre a ação dos governos: as conferências e conselhos. Também foi aprovado o indicativo de que são necessários mecanismos no Executivo, tais como secretarias estaduais e municipais e coordenadorias especiais de políticas para mulheres, para dar velocidade e prioridade às políticas para mulheres em todo o governo, seja ele municipal ou estadual.

Nesta I Conferência Nacional, Instituiu-se as Conferências e os Conselhos de Defesa da Mulher como mecanismos participativos, necessários para elaborar políticas e fazer o controle social sobre a ação dos governos. Aprovaram-se também indicativos da necessidade de mecanismos para dar velocidade e prioridade às políticas para mulheres nas três esferas de governo, para tanto, no âmbito do município de Porto Velho foi realizada a I Conferência Municipal e criou-se também o Conselho Municipal de Defesa da Mulher e uma Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres, contudo, essa coordenadoria nasce sem orçamento para suas ações, ou seja, nasce sem poder de força política.

Na II CNPM, teve por objetivo consolidar a Política para Mulheres como política de Estado, de caráter universal, onde reconheceu as diferenças que implicam nas desigualdades. De caráter intersetorial, esta Conferência foi realizada pelo governo, através de todos os seus ministérios e órgãos, assim como, pelos governos municipais e estaduais, realizaram suas pré-conferências e designando sua pauta e suas representantes.

A construção de uma política para mulheres parte da análise de que a realidade se estrutura a partir da exploração de uma classe sobre a outra, e da dominação das mulheres, ou seja, considerando que além do gênero há de se

considerar a questão da classe social. Portanto, é esta estrutura a ser transformada. Essa Política reconhece a não neutralidade do Estado, o que implica em exigir do Estado que atue de forma a promover a autonomia das mulheres e a justiça social.

O debate sobre princípios e diretrizes, nesta II CNPM, teve como objetivo afirmar as deliberações da I CNPM e aprofundar a construção da democracia e a defesa, das ações afirmativas, ou seja, o tratamento desigual e favorável para aquelas mulheres que vivem em pior situação de opressão e exploração, vinculando política pública e direitos humanos.

Para o Estado, foi preciso mais do que apenas reconhecer os tratados e convenções internacionais, foi preciso assumir o problema da desigualdade entre homens e mulheres como um indicador da ausência de democracia e de justiça social e, portanto, propor leis que, de fato, efetivasse as políticas que promovessem à construção da igualdade, as políticas estruturadoras e que fossem realizadas na perspectiva dos direitos, foi uma conquista e não como uma ação emergencial benevolente.

Outra dimensão do debate das diretrizes diz respeito à relação entre autonomia das mulheres e modelo de projetos de desenvolvimento, entendeu-se que não bastava pensar em ações pontuais para favorecer a autonomia das mulheres, era necessário que os projetos de desenvolvimento se baseassem na promoção da justiça social e da igualdade de gênero.

Esta diretriz questiona os modelos de desenvolvimento que esgotam os bens naturais da humanidade, e que desconhecem os modos de vida das comunidades locais. Questiona também, o investimento a projetos que promovem o desmatamento, a monocultura e urbanização com medidas especulativas e políticas que desconsideram grupos socialmente vulneráveis como mulheres e crianças.

Na mesma forma, questiona o processo de urbanização desordenado, que além do progresso, provoca a desorganização social com a falta de saneamento básico e higiene, habitação, sistema de saúde que atenda a demanda, além de transformar a paisagem urbana e rural.

Ao Estado, coube também a responsabilidade de ter políticas que incidam fortemente na imagem que a sociedade tem sobre as mulheres e homens, pois estas representações são uma força simbólica que sustenta todas as dimensões das condições de vida das mulheres: a divisão sexual do trabalho, a dominação sobre o corpo feminino, a violência e ausência de participação no poder.

Em Porto Velho no ano de 2006, o prefeito Roberto Eduardo Sobrinho e a ministra Nilcéia Freire, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, assinaram um acordo de cooperação para implantação de ações previstas no Plano Nacional de Políticas para Mulheres, resultado da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, que reconhece o Estado como responsável por implementar políticas que promovam a desigualdade entre homens e mulheres.

Fazem parte deste Plano Nacional 198 ações administrativas, atribuídas ao Estado, todas direcionadas à redução da violência contra as mulheres, e o aumento da renda das mulheres de baixo poder aquisitivo, chamadas de diretrizes, constam como políticas que incidam diretamente no cotidiano da mulher, baseados nos seguintes princípios no quadro abaixo:

**Quadro 01: Princípios do I Plano Nacional de Políticas para Mulheres**

<b>Princípios do I PNPPM</b>	
Igualdade e respeito	“Mulheres e homens são iguais em seus direitos..”
Equidade	“O acesso de todas as pessoas aos direitos universais deve ser garantido com ações de caráter universal, mas também por ações específicas e afirmativas voltadas aos grupos historicamente discriminados...”
Autonomia das mulheres	“Deve ser assegurado às mulheres o poder de decisão sobre suas vidas e corpos...”
Laicidade do Estado	“As políticas de Estado devem ser formuladas e implementadas de maneira independente de princípios religiosos...”
Universalidade das políticas	“As políticas devem ser cumpridas na sua integralidade e garantir o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres...”
Justiça social	“Implica no reconhecimento da necessidade de redistribuição dos recursos e riquezas produzidos pela sociedade e na busca de superação da desigualdade social, que atinge de maneira significativa as

Transparência dos atos públicos	mulheres.” “Deve se garantir o respeito aos princípios da administração pública, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência com transparência nos atos públicos.”
Participação e controle social	“Devem se garantir o debate e a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas.”

Organização: Santos, Sandra R, N.2009

Fonte: PNPM(2004)

Para concretizar esses princípios, o Estado e as esferas de governo federal, estadual e municipal se comprometeram seguir diretrizes, a fim de garantir a consolidação das políticas públicas para mulheres, descritas no quadro abaixo:

#### **Quadro 02: Diretrizes do I Plano Nacional de Políticas para Mulheres**

- Garantir a implementação de políticas públicas integradas para construção e promoção da igualdade de gênero, raça e etnia.
- Garantir o desenvolvimento democrático e sustentável levando em consideração as diversidades regionais, com justiça social, e assegurando que as políticas de desenvolvimento promovidas pelo Estado brasileiro sejam direcionadas à superação das desigualdades econômicas e culturais. Isto implica a realização de ações de caráter distributivo e desconcentrador de renda e riquezas.
- Garantir o cumprimento dos tratados, acordos e convenções internacionais firmados e ratificados pelo Estado brasileiro relativos aos direitos humanos das mulheres.
- Fomentar e implementar políticas de ações afirmativas como instrumento necessário ao pleno exercício de todos os direitos e liberdades fundamentais para distintos grupos de mulheres.
- Promover o equilíbrio de poder entre mulheres e homens, em termos de recursos econômicos, direitos legais, participação política e relações interpessoais.
- Combater as distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres, como a exploração sexual, o tráfico de mulheres e o consumo de imagens estereotipadas da mulher.
- Reconhecer a violência de gênero, raça e etnia como violência estrutural e histórica que expressa a opressão das mulheres e precisa ser tratada como questão de segurança, justiça e saúde pública.
- Reconhecer a responsabilidade do Estado na implementação de políticas que incidam na divisão social e sexual do trabalho; a importância social do trabalho tradicionalmente delegado às mulheres para as relações humanas e produção do viver; a importância dos equipamentos sociais e serviços correlatos, em especial de atendimento e cuidado com crianças e idosos.
  - Contribuir com a educação pública na construção social de valores que enfatizem a importância do trabalho historicamente realizado pelas mulheres e a necessidade de viabilizar novas formas para sua efetivação.
- Garantir a inclusão das questões de gênero, raça e etnia nos currículos, reconhecer e buscar formas de alterar as práticas educativas, a produção de conhecimento, a educação formal, a cultura e a comunicação discriminatórias.
- Garantir a alocação e execução de recursos nos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais para implementação das políticas públicas para as mulheres.

- Elaborar, adotar e divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais, sobre a população afro-descendente e indígena, como subsídios para a formulação e implantação articulada de políticas públicas de saúde, previdência social, trabalho, educação e cultura, levando em consideração a realidade e especificidade urbana e rural. Dar especial atenção à implantação do quesito cor nos formulários e registros nas diferentes áreas.
- Formar e capacitar servidores(as) públicos(as) em gênero, raça, etnia e direitos humanos, de forma a garantir a implementação de políticas públicas voltadas para a igualdade.
- Garantir a participação e o controle social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, disponibilizando dados e indicadores relacionados aos atos públicos e garantindo a transparência das ações.
- Criar, fortalecer e ampliar os organismos específicos de direitos e de políticas para as mulheres no primeiro escalão de governo, nas esferas federal, estadual e municipal.

Org. Santos, Sandra R, N.2009

Fonte: PNPM(2004)

Se no âmbito Federal houve avanços com relação à política de Autonomia, Igualdade no Mundo do Trabalho e cidadania, no que diz respeito especificamente ao município de Porto Velho, com seu Plano pactuado em 20 de março de 2006, através da secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, não houve mudanças perceptíveis na vida das mulheres; e a ausência de ações efetivas e o desconhecimento do Plano, pelas estruturas do governo local, demonstram a desarticulação dentro do executivo.

A perspectiva da autonomia das mulheres perpassa todo o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Considera-se que as mulheres são sujeitos de direito, e protagonistas de suas histórias e da história do país, assim, o compromisso com sua autonomia deve ser não somente da comunidade e da sociedade, mas também do Estado. O exercício pleno de sua cidadania passa pela garantia de seus direitos, e também pelo reconhecimento das desigualdades de oportunidades hoje existentes em nosso país.

Desse modo, a falta de banco de dados na administração municipal, para captar a realidade que rodeia as mulheres a quem deve oferecer políticas públicas, revela-se um complicador determinante, e por outro lado limita atuação do governo municipal, uma vez que não tem os dados das secretarias, para confrontá-los numa política transversal, por exemplo, não se cruza os dados da secretaria de desenvolvimento sócio econômico com a secretaria de ação social ou da secretaria de regularização fundiária com a secretaria da fazenda,

Ainda no tocante ao eixo autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania, no bairro Mariana, não houve alterações econômicas, para às mulheres de baixa renda entrevistadas. As mulheres participaram de atividades descontinuadas e que incentivam apenas o mercado informal sem, contudo, exercer qualquer influência na parte financeira.

Constatou-se que o trabalho doméstico ainda é a principal fonte de renda de boa parte das mulheres. Com relação ao conceito de trabalho, aqui compreendido como um direito e condição fundamental à garantia de uma atividade econômica para homens e mulheres e que possibilite a inserção e atuação cidadã, das mulheres.

Para mulher, no entanto, a inserção no mundo do trabalho depende de alguns fatores, como por exemplo, a qualificação profissional, sem ela, as mulheres ficam em desvantagem no mercado de trabalho formal, em relação aos homens. Para buscar qualificação ou entrar no mercado formal a mulher necessita de uma estrutura que atenda as demandas relacionadas ao cotidiano doméstico e o cuidado com as crianças.

A inexistência de creche pública, para suprir essa demanda, colabora para que um número significativo de mulheres, no bairro, permanece fora do mercado formal. Segundo Cemin (2002), a ausência do poder público, quanto as creches e a pré-escola, retardam o retorno da mulher ao estudo, dificultando o seu acesso ao trabalho fora de casa. Desta forma, mantém-se na condição econômica e social, tornando dependentes dos programas assistenciais das três esferas do governo.

Identifica-se, que no bairro Mariana, as ações propostas no PINPM, ainda não alcançaram as mulheres, ou seja a implantação do Plano Municipal não garantiram a sua implementação, recaindo para a família ou para as redes de solidariedades Silva, (2009), a função própria do Estado.

A efetivação, por parte do governo municipal, das políticas que visem à construção da igualdade e políticas estruturadoras e não ações pontuais, como é o caso das “oficinas” realizadas, a nível municipal, desenvolvidas pela Coordenadoria



Municipal de Mulheres, que não mudam o caráter específico da opressão das mulheres.

Em sua maioria, os cursos oferecidos reforçam sua presença no mercado informal, geralmente na produção de trabalhos artesanais na própria residência, onde, acumula o fardo do trabalho doméstico, que lhes absorve o tempo e a força, para qualificação pessoal, profissional e intelectual. Com o caráter provisório, geralmente assumem essa função temporariamente, segundo as mulheres foco nesse estudo.

Neste sentido, segundo as entrevistas, os cursos ou oficinas, oferecidos pela prefeitura municipal, conseguiram apenas aglutinar pequenos grupos desarticulados de mulheres, sem, no entanto, promover mudanças significativas em suas vidas. Trata-se aqui, da necessidade de, o poder público, assumir o papel de promotor de políticas que garantam uma mudança real na vida destas mulheres.

É comum presenciar, no bairro, crianças trabalhando; o trabalho infantil de meninas e meninos, como catadores de latinhas, ou mesmo garrafas pet de refrigerante. Algumas crianças iniciam com os pais, por não ter onde deixá-las, os pais levam as crianças para o trabalho nas ruas, e assim aprendem, desde cedo o ofício dos pais.

Desafiando os perigos das ruas, crianças e adolescentes deslocam-se para o centro da cidade ou em direção de eventos, no intuito de recolher os objetos recicláveis, ali permanecem por muito tempo, comprometendo a integridade física e o rendimento na escola e desvinculação familiar que é substituída pelos valores e saberes da rua.

Outro fato bastante comum observado é o trabalho doméstico de crianças e adolescentes, algumas são consideradas “babas” e “cuidam” de outras crianças, com remuneração que varia de R\$ 20,00 a R\$ 50,00, geralmente meninas, com a aprovação da mãe, que em situação semelhante, que utiliza o dinheiro como um “extra”, sob a justificativa de que “mais vale trabalhar do que roubar”. Essa modalidade do trabalho infantil doméstico torna-se invisível, uma vez que está coberto pelo consentimento da família e pelo silêncio de quem utiliza dessas crianças

e adolescentes.

Iniciadas pela própria mãe ou avó, no trabalho doméstico, por não contar com creche ou um lugar seguro para deixá-las, foram levadas para o local do trabalho, onde no cotidiano aprenderam os primeiros passos do trabalho doméstico. Desenvolvendo pequenas tarefas, dividindo com suas mães o peso do trabalho e sentido desde cedo à exploração do trabalho infantil. Como descrito no relato de Angelita 48 anos, a Lora, como gosta de ser chamada:

*“eu levo, levo sim pro meu trabalho, fazer o que maninha? Não tem onde ficar, e aí ela ainda me ajuda a fazer as coisas, gente... mas não é coisa do outro mundo, ela só faz umas coisinhas ou outra”.*

Essa declaração demonstra a naturalização do trabalho infantil, mesmo fora do ambiente doméstico, a presença de crianças trabalhando estão por todo o bairro, desenvolvendo o que chamam de “pequenas atividades”, elas carpem quintais, ajudam na construção de residências, vendem lanches, panos de prato, artesanato, sob a alegação que “é melhor trabalhar do que roubar”.

Figura:10 imagem de crianças trabalhando



Foto: Sandra Regina Nunes dos Santos

Através de membros do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Rondônia, foi possível conversar com algumas crianças e adolescentes. Quanto às meninas a reprodução da condição da mãe foi visível, com nove, dez até

quinze anos de idade, já estão desempenhando o serviço doméstico. São babás, cozinheiras, limitadas ao espaço doméstico.

Já os meninos, vivenciam novas espacialidades. O espaço público passa desempenhar um papel fundamental na vida desses meninos. Alguns excluídos, inclusive do espaço familiar, vêm na praça, no centro da cidade representa mais do que um centro comercial, representa a autonomia e o poder que representa no momento que sai de casa.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera trabalho infantil doméstico a incorporação de crianças e adolescentes a uma família que não é a sua. Sob a alegação de ampará-la, realizando atividades domésticas em troca de teto, comida, roupa e, em alguns casos, educação. Outros recebem remuneração, o que supõe uma relação de trabalho, ainda que sem garantia de todos os direitos do trabalhador. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA define-se como criança a pessoa de 0 a 11 anos e adolescente pessoa de 12 a 17 anos.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação oito mil crianças são atendidas pelas creches em Porto Velho. Nos bairros periféricos ainda são os que mais apresentam deficiência na oferta de creches públicas e estão mais distantes dos pólos comerciais, o que interfere diretamente na vida de centenas de mulheres. Quando não encontram lugar seguro para deixar meninos e meninas, as mães se submetem a trabalhos precários e de baixa remuneração.

Para outras, trabalhar fora de casa significa deixar as crianças uma creche ou com alguém que desenvolva o papel de babá. Para tanto elas, cruzam o bairro de bicicleta ou a com seus/uas filhos/as o que incide no provável atraso na chegada do trabalho. Abaixo o quadro aponta para a deficiência na oferta de creches para número de crianças, na zona leste, localização do bairro Mariana que não consta a oferta de creches públicas.

Conforme dado da secretaria municipal de educação, as creches podem ser conveniadas com a Prefeitura Municipal de Porto Velho. Abaixo a distribuição dessas creches e sua localização.

Quadro 3 - Matrículas Educação Infantil-CRECHE - Rede Municipal de Porto Velho, por atendimento e localização. 2008

<b>Escola</b>	<b>Localização</b>	<b>Pólo/zona</b>	<b>Horário</b>	<b>Crianças</b>	<b>Obs:</b>
Aconchego dos pequeninos	Rua ibotirama, 2867	Pólo IV zona leste	Manhã	37	Conveniada
EMEIEF Auta de Souza	Rua 05 de outubro, 1555, bairro São Francisco,	Pólo IV zona leste	Manhã	33	
EMEIEF Vôo da Juriti	Rua Amador dos Reis 2810, bairro JK	Pólo IV zona leste	Manhã e Tarde	63	
EMEIEF Vovó Helena	Rua Tartaruga, 1996, S/N, bairro Ronaldo Aragão	Pólo IV zona leste	Manhã e Tarde	113	
GG e Seus Amiguinhos	Rua Alexandre Guimarães	Pólo IV zona leste	Tarde	20	
Igreja Missionária Cristo a Única Esperança	Rua Epitácio Pessoa, 4 bairro Scialista	Pólo IV zona leste	Manhã	24	Conveniada
Jornalista Fernando Escariz	Rua Colatina, 2005, bairro Marcos Freire	Pólo IV zona leste	Manhã	52	Conveniada
Lar da criança	Rua Rosalina Gomes, 9851	Pólo IV zona leste	Manhã	24	Conveniada
Mãe trabalhadora	Rua Lélio Lopes de oliveira, 1827, bairro Ulisses Guimarães	Pólo IV zona leste	Tarde	23	Conveniada
Paróquia Santa Margarida	Rua Neuza SN, bairro Teixeira	Pólo IV zona leste	Manhã	18	Conveniada

Fonte: ASTEC/SIED/SEMED - MEC/INEP - Censo Escolar 2008 - Dados preliminares

Tratamos de creches conveniadas, aquelas de caráter privado, porém mantêm um contrato com a prefeitura, que através de repasse financeiro assume parte das despesas em troca de vagas.

As mulheres pesquisadas no bairro Mariana, independentemente da sua inserção ou não no mercado de trabalho, dedicam parte importante do seu tempo aos trabalhos domésticos. Através da abordagem por meio da identificação da principal atividade que desenvolvem, permite observar que as mulheres são as principais encarregadas do trabalho doméstico sem remuneração, ou quando remuneradas, estão sem carteira assinada.

Mesmo aquelas que são responsáveis diretos pelo sustento da família, percebem-se, em suas declarações, o caráter provisório deste *status*, é recorrente a fala de que esperam encontrar um companheiro para que possam descansar um pouco mais, alguém para dividir as contas e a responsabilidade da casa.

Quando questionadas a respeito dessa declaração, percebe-se a naturalidade com que vêm a divisão do trabalho, para a grande parte das entrevistadas, o homem é o chefe da família. Sentem que foram educadas para os afazeres domésticos, e mesmo trabalhando fora, sentem que é isso que a sociedade, a família esperam delas.

Para aquelas que desenvolvem alguma atividade econômica, sejam formal ou informal, as atividades são ampliadas, em função da necessidade de conciliar a trabalho com o cuidado das crianças. As que desenvolvem atividades econômicas em casa, no caso das manicures, desenvolvem suas atividades ao lado de suas crianças, com interrupções freqüentes para auxiliá-las.

Este foi o caso de Izabel, líder da Associação da Zona Leste- AGELESTE, local de reuniões e encontros para o desenvolvimento de trabalhos manuais ou atividades ligadas a que após ficar viúva, criou suas filhas desenvolvendo trabalhos manuais dentro de casa. Sem ter onde deixar as crianças o único recurso era desenvolver alguma atividade que não precisasse sair de casa.

Morando na mesma casa em que criou suas filhas, é visível o abandono de mulheres como D. Izabel que não tiveram muitas opções. Sem condições de fazer alguma melhoria na residência, o espaço dentro e fora da casa reflete a condição financeira de quem habita o local, o que também é percebido nas residências vizinhas.

Nas entrevistas com essas mulheres, percebe-se que nesses espaços, os valores estéticos externam a percepção de que se tem de si mesmo, e subjetivamente do seu cotidiano, que refletem suas relações sociais, culturais e políticas aprisionadas em conceitos e valores, construídos historicamente, longe da estética que liberta (Marx, 1985).

Dentro de casa, a falta de privacidade já não incomoda algumas mulheres que dividem pequenos espaços entre duas ou três gerações. Sair de casa, para trabalhar ou estudar é, para algumas mulheres, a oportunidade de ampliar seu espaço resumido em poucos metros quadrados, limitando também a mobilidade e contato externo e a expectativa de mudança, que passa neste contexto, pela ampliação do espaço.

Figura 11 – Dona Izabel em frente a sua residência



Foto: Sandra Regina Nunes dos Santos

Aos 64 anos, Izabel ainda mora na mesma casa que foi construída pelo esposo, hoje falecido. Sem condições financeiras que pudesse ampliar ou melhorar sua estrutura, a casa está da mesma forma que foi construída há pelo menos três décadas. Em sua fala é possível perceber como foi para uma mulher negra criar suas filhas sozinhas.

*“Foi aqui neste barraco que costurei pra muita gente para que minhas filhas não passassem fome. Com a criação da cooperativa, reunimos aqui para discutir assuntos do nosso bairro; nunca pude estudar, nem trabalhar fora de casa, aqui não tinha e não tem creche e eu ia deixar as meninas com quem? Hoje sei apenas assinar o meu nome, e isso é uma das coisas que lamento, não ter condições para estudar quando ainda era nova. hoje aqui é um local de ensaios de crianças, adolescentes e jovens de todo tipo de música.”*

Em muitos aspectos a história de Izabel se parece com a história de suas filhas, sem creche para deixar as crianças, ficaram em casa. Pararam de estudar e não trabalhavam fora de casa. Apenas uma delas, agora que os filhos estão jovens viu a oportunidade para fazer um curso de assistente de enfermagem. Porém não

sabe se vai conseguir concluir, sente-se cansada e segundo ela “*velha demais para recomeçar*”.

Figura 12: D. Izabel e suas quatro filhas.



Foto: Sandra Regina Nunes dos Santos

Na família de Izabel, as três gerações conviveram com a falta de creche no bairro. Interromperam os estudos quando as crianças nasceram. Por falta de capacitação, as que foram trabalhar fora de casa, se submeteram a trabalhos pesados e mal remunerados. Ainda é comum ver crianças nas ruas, durante todo o horário de aula. Conforme declararam as mulheres da AGELESTE, várias crianças e adolescentes dirigem-se para o centro comercial norte de Porto Velho, a fim “ajudar em casa”.

Entre as entrevistadas constatou-se que venda de cosmético através de catálogo, como por exemplo, com revendedora “NATURA” e “AVON”, representava uma fonte complementar de renda. Outros casos encontrar-se as lavadeiras, mulheres que lavam e passam roupa, em sua própria residência, para cuidar das crianças. Conforme relato abaixo de Dona Raimunda, 58 anos de idade.

*“o jeito que achei para sobreviver foi lavando e passando roupa. Antes até que ainda dava, mas hoje tá tudo mais difícil. Quem tem dinheiro pra pagar a lavagem, não quer trazer pra cá, preferem as lavanderias; acho que é porque tem medo que agente robe as roupa deles. Então lavo só umas aqui outras ali, saí daqui pra procurar emprego em outro lugar eu nunca pude. Antes era por conta dos meus meninos e hoje tenho que ajudar a cuidar dos meninos da minha filha”.*



Nestes exemplos percebem-se a necessidade de políticas públicas voltadas para a autonomia das mulheres pactuadas no Plano Nacional de Políticas para Mulher, perpassasse por todas as secretarias, no sentido de cruzar informações onde, meio-ambiente, educação, saúde, cultura, entre outras, devem tomar parte das atividades planejadas, no sentido de garantir ações que envolvem educação da mulher, também tem que prever a educação das crianças, em geral dependentes das mulheres. Da mesma forma, o acesso as políticas de saúde, meio-ambiente preservado, permite melhor qualidade de vida, respeitando a cultura e modo de vida das comunidades.

Vale destacar, no entanto, a política de gênero implantada com relação a questão da regularização fundiária, executada pela Prefeitura Municipal de Porto Velho, por meio da Secretaria de Moradia, Urbanização e Regularização (SEMUR), que instituiu o recorte de gênero, ou seja, assegurou na adoção das escrituras dos imóveis ou do registro de posse dos lotes, a necessidade do nome da mulher, independente de seu *status* cívico. Desta forma, mesmo aquelas mulheres que não são casadas no civil, a escritura da casa contemplará o seu nome, independente da vontade do companheiro.

O resultado, após uma gestão administrativa entre (2004-2008), dedicada à regularização fundiária, é que a administração pública de Porto Velho, inscreve, pela primeira vez, na sua história uma ação concreta de adoção de política pública direcionada a dar autonomia e cidadania, no sentido de que a casa também pertence a um número considerável de mulheres.

Porém, tal política ainda apresenta-se desvinculada das outras secretarias, uma vez que, mesmo recebendo a escritura da casa, não se discutiu com as mulheres os problemas do seu bairro, dentro da proposta do orçamento participativo, onde a comunidade poderia ser chamada para opinar sobre a melhor maneira de investimento do dinheiro público em seu bairro, dando oportunidade de voz às mulheres na indicação da aplicação do recurso. Neste caso a prefeitura não faria somente a entrega das escrituras, mas também o resultado das indicações, que possivelmente contemplaria: creches públicas, parquinhos para crianças, áreas de lazer comunitárias, dentre outras.



Outra ausência é interface com a secretaria de desenvolvimento sócio econômico com o intuito de incorporar, tanto os problemas das mulheres no trabalho formal quanto no informal e no trabalho doméstico, e a discussão das potencialidades de cada bairro, com possibilidades de investindo em capacitações, definidas na própria comunidade.

Também com relação a política para os projetos de desenvolvimento do município, onde as ações relativas à dimensão da implementação dos grandes projetos, incluindo um estudo preliminar de sua implantação, que fosse capaz de detectar os possíveis impactos sobre as condições de vida das mulheres e as possíveis violações dos seus direitos humanos.

Neste momento em Porto Velho está diante da construção de duas usinas hidrelétricas no rio Madeira, denominadas, Usina de Santo Antonio e Usina de Jirau, para garantir a intersectorialidade das políticas que promovam a autonomia financeira, trabalho e cidadania para a mulher, hoje representada apenas por um total de 11% no canteiro de obras da UHE Santo Antonio Energia. Para tanto, será preciso definir quais são os elementos centrais que dão sustentação e perpetuam a desigualdade entre homem e mulheres, para que esses elementos sejam os eixos articulações dessa política. Entende-se que pesquisas que apontem indicativos de prioridades para a administração pública municipal, poder auxiliar no debate com a comunidade. Ao final desta concluiremos se a falta de creches públicas podem se constituir em um impedimento do ingresso de mulheres de baixa renda ao emprego formal.

### **3.1. O Plano Nacional de Políticas Públicas e seu Alcance Local**

Para análise dessas políticas públicas que favorecem a autonomia e igualdade da mulher no mundo do trabalho e cidadania, foram consideradas os equipamentos sociais que facilitam a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho e travar a interação do mundo físico – urbano onde as alternativas de desenvolvimento são implantadas pelo Governo Municipal, conjugando com o mundo dos direitos econômicos, sociais e civis.

Porto Velho tem alcançado um quadro de exclusão social, decorrente dos níveis insustentáveis de cobertura dos serviços de saneamento básico e saúde pública e das dificuldades de acesso ao mercado. Neste estudo entende-se por exclusão social não só a insuficiência de renda, mas também a falta de acesso a serviços básicos, programas sociais e políticas públicas.

Para a feminista Rose Muraro (1995), que define o destino do ser humano conforme a biologia pode ser superada dando origem a novas formas de conhecimento mais integradas, baseada nas leis da solidariedade e da partilha, apontando para o protagonismo da mulher, ou seja, a sua participação na tomada decisões constituindo um ponto essencial no processo de emancipação e um dos fundamentos maiores da renovação democrática, considerando que a cidade foi construída sem a participação oficial das mulheres, e suas preocupações cotidianas não constituem uma prioridade política.

Embora a miséria afete, de maneira geral homens e mulheres a falta de infra-estrutura, e saneamento básico, água, energia elétrica, serviços de coleta de lixo, atinge especialmente as mulheres que estão fora do mercado de trabalho e permanecem no bairro e passam a maior parte do seu tempo no ambiente privado de sua casa, convivem com esses problemas cotidianamente.

Em Porto Velho temas como a redução das desigualdades de gênero e raça e foram incluídos no Plano Plurianual – PPA 2004-2007, sem, contudo, garantir no orçamento municipal que essas políticas fossem garantidas. Sem orçamento o que deveria se constituir em uma política, se pulveriza em campanhas e programas específicos desenvolvidos pelas mulheres organizadas, sem a presença do Estado, quando muito, apenas orquestrado por ele.

Durante a pesquisa, percebeu-se a ausência de um olhar técnico, que consiga focalizar as ausências de investimentos nas áreas das políticas públicas, de interesse à mulher, dentro do orçamento e nas diversas áreas e secretarias, com a capacidade de analisar as fragilidades e os impactos das ações da administração municipal bem como as fragilidades na implementação das políticas definidas e na prestação de contas dos gestores de políticas, para que se conheça o grau de satisfação que uma política está produzindo.

Esse olhar técnico se faz com capacitação, prioritariamente, para as conselheiras, espalhadas nos inúmeros conselhos deste município (Conselho da Mulher, Conselho da Criança e do Adolescente, Conselho do idoso, Conselho de Direitos Humanos, Conselho de Saúde, Conselho de Educação, etc.), organismos de controle social, que funcionam com estrutura mínima, equipe limitada, alguns sem a capacitação necessária para cumprir suas atribuições.

Além disso, falta de discussão em torno do tema do orçamento nas I e II Conferências municipais, remetem para o fato de que o ataque aos efeitos ainda sobrepõem a causa dos problemas das mulheres no âmbito das políticas públicas, como a ausência não só do conhecimento técnico, mas de pesquisas que tragam informações sobre a eficácia das políticas definidas, e os seus impactos na população que está direcionada..

## **Capítulo 4**

### **PONTOS DE DESTAQUE NA PESQUISA**

Do total de mulheres entrevistadas, desponta a faixa etária que corresponde às mulheres jovens, demonstra o grande número de mulheres jovens representadas nesta pesquisa, em geral que estão fora do mercado de trabalho, formal ou informal.

Destaca-se o fato do número elevado de mulheres jovens grávida do/a primeiro/a ou segundo/a filho/a.

Figura 13: Gráfico da faixa etária das mulheres pesquisadas



Fonte: Santos, Sandra

Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

Também, o número de mulheres acima de 60 anos no grupo de mulheres sem renda fixa. Mulheres que chegaram aos 60 a 70 anos sem aposentadoria, sem benefícios, e, portanto, precisam trabalhar para sustentar a família incluindo os netos. Em geral são mulheres analfabetas com características semelhante, pele manchada pelo sol, e aparência que eleva sua idade.

Fora do mercado de trabalho formal e informal, as mulheres de meia idade têm desempenhado um papel importante na família, constituindo-se em membros ativos na organização familiar, principalmente no caso da inserção da mulher no mercado de trabalho o que provoca, em muitos casos, a transferência do papel de cuidadora, tradicionalmente ocupado pela mãe, para outras pessoas, reforçando assim a necessidade de arranjos familiares com o fim de manter o cuidado da criança e seu acompanhamento escolar.

Entre as famílias de baixa renda do bairro Mariana, os arranjos familiares e os arranjos de solidariedades, tem ocupado o lugar do Estado, que se desresponsabiliza pela construção de equipamentos coletivos necessários à manutenção e reprodução da força de trabalho, como no caso de creches, seu dever de garantir a educação e integridade de crianças, como políticas para a autonomia financeira da mulher, como política pública.

As mulheres foco dessa pesquisa, convivem com problemas específicos do bairro Mariana, isto é, convivem com a falta de água, energia, segurança, entre outras, desde que mudou-se para o bairro.

Figura 14: Gráfico do tempo de moradia na residência



Fonte: Santos, Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

Na última década, o bairro passou por várias transformações decorrentes ao aumento da população, como por exemplo, o trânsito, que até então era predominado por bicicletas, hoje elas disputam as ruas estreitas com os carros, motocicletas e ônibus em sua grande maioria.

Porém quando indagadas sobre qual o maior problema de seu bairro as respostas ficaram na ordem de saneamento básico, segurança pública e a fala recorrente que é a falta de creches e escolas com horário integral para as crianças. Para as mulheres que fazem parte da Ong. COPEBAMA, a melhoria que a prefeitura tem desenvolvido no bairro não esconde problemas relacionado, a situação de pobreza das mulheres chefes de família, segundo Nilza, coordenadora da instituição, as mulheres sofrem mais com os problemas do bairro, pois, esta é a sua espacialidade.

Segundo as entrevistadas, a reclusão dessas mulheres em suas casas e a falta de envolvimento com questões políticas se dá, de alguma forma, em função da inexistência de instrumentos que, tivessem influência direta na sua autonomia, e para tanto, as crianças precisam estar incluídas.

Figura 15: Gráfico do tempo de moradia no bairro



Fonte: Santos, Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

O espaço ao redor de sua casa reproduz a sua vida. Quintais terrenos abandonados, quintais subutilizados com entulhos por todos os lados. Alguns com armazenando materiais de sucata para a reciclagem, no caso de latinhas de cerveja e ou refrigerante, outros utilizados para plantar, pequenas hortaliça, sem, contudo, dispensar maiores cuidados.

Com relação à utilização de serviços públicos declararam que utilizam o posto de saúde em caso de doença e raramente vão a uma agência de bancária, as poucas transações com contas para pagar são realizadas na casa lotérica mais próxima, pelo fácil acesso e a proximidade de sua casa. O mesmo acontece com relação a igrejas ou seitas que freqüentam, se localizam no bairro assim com exceção de algum evento mais abrangente.

Essa freqüência apresenta mudanças quando o assunto é lazer, as mulheres com faixa etária entre 15 a 35 anos costumam freqüentar outros bairros para se divertir. Outro grupo de mulheres freqüenta eventos e festas da comunidade e eventualmente se deslocam para se divertir fora do bairro, geralmente acompanhada pelos/as filhos/as.

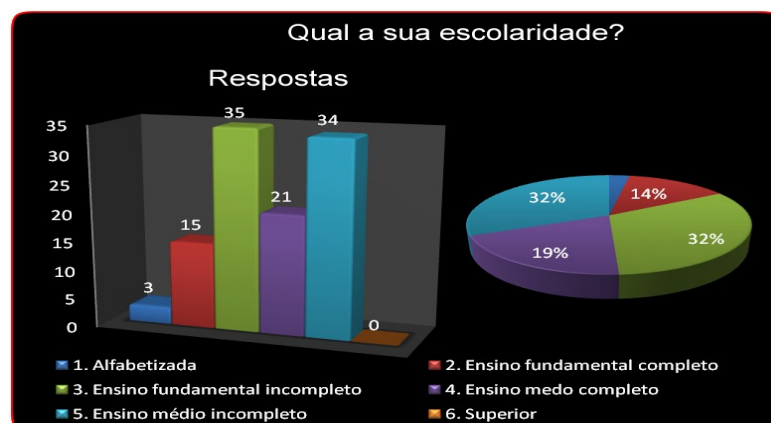
Figura 16: Gráfico da origem rural ou urbana  
de que situação você veio?



Fonte: Santos, Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

A ligação que elas têm com a cidade, a rua vai muito além do fator financeiro. O simples fato de andar pela cidade, enxergar as diversas pessoas anônimas ou não, carros, bicicletas, cada uma vê a cidade de acordo com seu ponto de vista. Cada cheiro, e paisagem têm um significado, uma lembrança, e sua própria identidade.

Figura 17: Gráfico da escolaridade



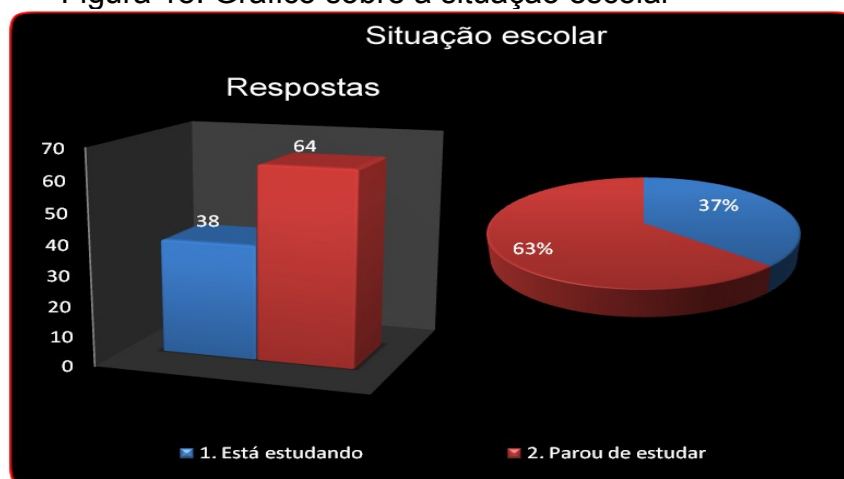
Fonte: Santos, Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

Percebe-se quanto à escolaridade que as mulheres entrevistadas não conseguiram concluir o ensino médio, em grande parte pararam de estudar assim que nasceu o/a primeiro/a filho/a. Para elas a possibilidade de voltar à sala de aula depende de uma estrutura que elas não possuem relacionada com a segurança e o bem-estar de suas crianças. Entre elas identificaram-se as que não têm a “permissão” do companheiro para estudar a noite. Não cultivam o hábito da leitura de livros, jornais ou revistas, as informações chegam através da televisão e rádio.

Através das redes de solidariedade que inclui mãe, ou um parente mais próximo, conseguiam sair de casa sem a preocupação com as crianças, caso contrário precisava remunerar alguém para ocupar seu lugar, neste caso dependem exclusivamente do companheiro ou de alguém, para a remuneração de uma outra pessoa que integre essa rede no cuidado das crianças, uma vez, que não tem renda própria.

Outro fator predominante citado é a gravidez; durante esse período elas deixaram de ir a escola, algumas alegam problemas de saúde, ou relacionado com alimentação deficiente.

Figura 18: Gráfico sobre a situação escolar



Fonte: Santos,

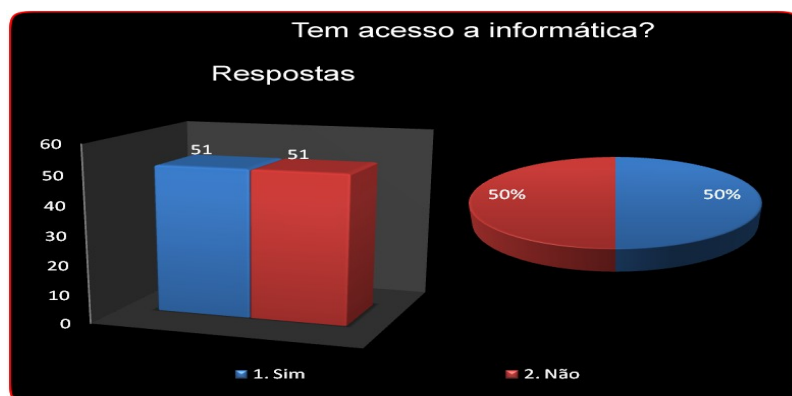
Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

Sobre a possibilidade de voltar a estudar, todas as entrevistadas demonstraram interesse na volta aos estudos, porém, não demonstraram motivação, em função da distância e do cansaço relacionado ao trabalho doméstico durante todo o dia, ou seja o cansaço com os afazeres doméstico é um fator de desestímulo quando se trata da volta aos estudos.

As respostas referente as acesso à informática, revela que 50% tem acesso a informática, através de *Lan House*, existentes no bairro, porém utilizam muito pouco.

Figura 19.: Gráfico sobre acesso a informática





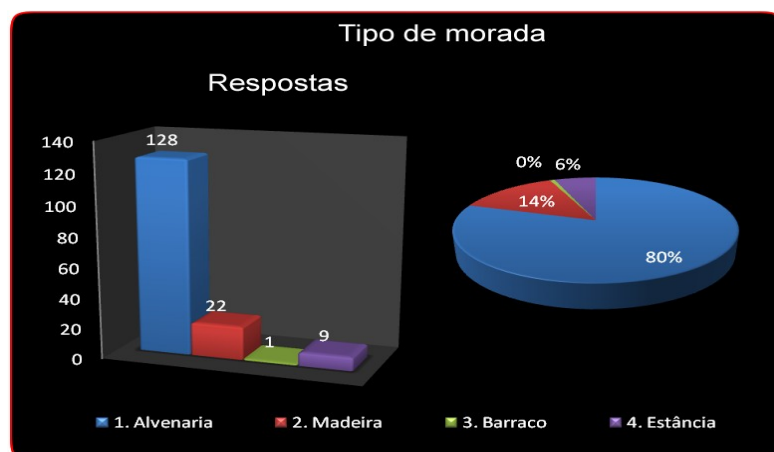
Fonte: Santos, Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

Entre as mulheres que responderam “sim” para o acesso da informática, encontram-se aquelas na faixa etária até 35 anos. Grande parte, aprendeu a utilizar o computador nos cursos oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC.

Mesmo declarando que tem acesso ao computador, nenhuma das entrevistadas possui computador em casa, embora reconheça a necessidade, principalmente no que diz respeito à educação intelectual dos filhos. Em todos os casos, foi demonstrado interesse em adquirir, futuramente, um computador, porém ainda não é uma prioridade.

Quanto às edificações, percebe-se que no bairro Mariana um aumento visível, considerando o número de casas de alvenaria sem, contudo, passar pela avaliação técnica ou laudo de vistoria. Em sua maioria construída através do processo de auto-construção, com materiais mistos, muitas vezes encontrados em restos de construções ou em lixos, sem planta ou planejamento, onde a falta de canalização para o abastecimento de água dentro do domicílio, o que traz, principalmente, para as mulheres que ficam em casa, dificuldades para o trabalho doméstico.

Figura 20.:Gráfico sobre tipo de moradia



Fonte: Santos, Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

Com o avanço da urbanização, as casas de madeira estão sendo substituídas por casas de alvenaria, no entanto, sua maioria encontra-se sem acabamento. Porém, o acesso a iluminação elétrica ainda substituíram as de madeira, ou mantém uma construção mista, onde parte da casa é de madeira e parte de alvenaria. O acesso a energia elétrica, de dá através do chamam de ligações clandestinas, os chamados rabichos.

Segundo as entrevistas, as moradoras estão no bairro há mais de cinco anos, quando compraram ou invadiram o terreno, num momento em não havia tanta especulação imobiliária. Com o projeto de regularização, vale destacar que no município as escrituras foram lavradas em nome do homem e da mulher, no caso de casais que moram juntos.

O argumento que sustentou essa política, dentro da SEMUR, foi pautado na discussão em torno da segurança da mulher, uma vez que se tem no imaginário popular, que o homem se desfaz com mais facilidade do imóvel, arriscando-se em outros negócios e colocando em vulnerabilidade a segurança habitacional.

Segundo o argumento, as mulheres não vendem seu imóvel, portanto assegura-se a permanência da família no imóvel, dificultando a especulação imobiliária, porém, mesmo essa política já implementada não foi pautada na cidadania enquanto direito da mulher.

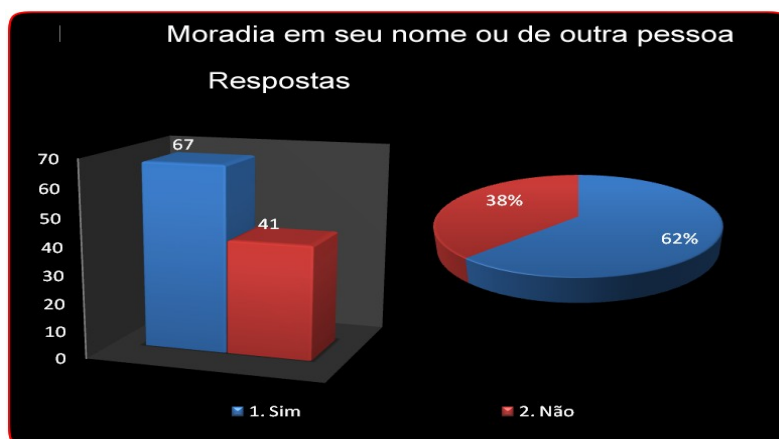
Figura 21: Gráfico Casa própria



Fonte: Santos, Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

Porém, a precariedade de infra-estrutura do bairro Mariana, especialmente para as mulheres, quem a passa a maior parte do tempo em casa e passa privações, demonstra a ausência de uma política, voltada para as mulheres que atenda as especificidades do gênero, considerando sua situação.

Figura 22: Escritura da casa em seu nome



Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

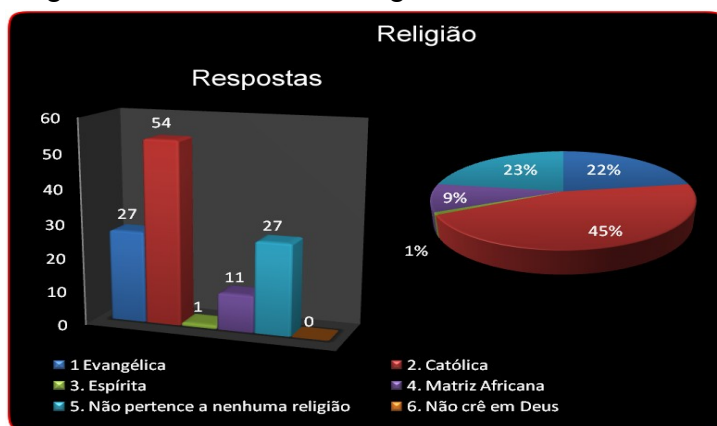
Fonte: Santos,

Dentre as mulheres entrevistadas apenas as que declaram-se chefes de família e receberam o título de propriedade da casa em seu nome, as que moram com companheiros o título está em nome do casal, política adotada pela prefeitura de regularização fundiária.

Quanto à questão da religião, percebe-se a influência do de novas denominações evangélicas, e a grande proporção em relação a outras

denominações. Essa influência é percebida no estilo do vestuário, no vocabulário e no cotidiano voltado para as atividades da igreja.

Figura 23 - Qual é sua religião?



Fonte: Santos, Sandra

Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

Quanto ao estado civil, declaram solteiras mesmo as que um grande número de mulheres são solteiras, mas de fato, moram com seus companheiros. Apenas uma pequena parte casou no civil. Durante a entrevistada relataram que criam seus/uas filhos/as sozinhas, sem a participação financeira do pai.

Figura 24 - Qual é o seu estado civil



Fonte: Santos, Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

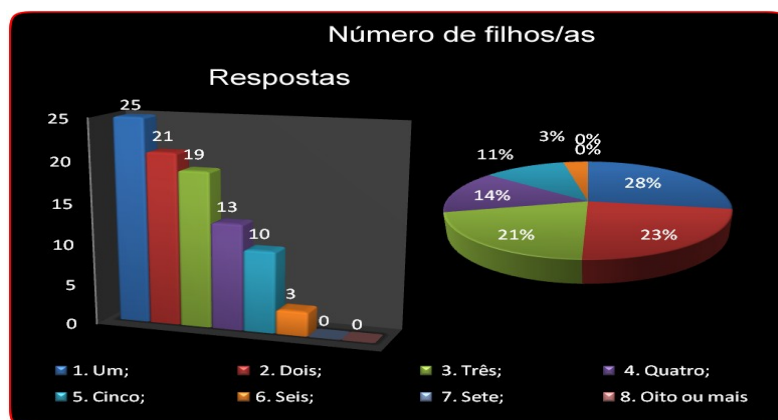
Vale ressaltar que no grupo das entrevistadas evangélicas, as mulheres foco desse trabalho afirmaram que se casaram no civil por exigência da igreja, e que, portanto a igreja arcou com as despesas de cartório.

O padrão das uniões sem vínculos legais está presente em Porto Velho, de forma acentuada, entre as camadas de baixa renda. Nas duas últimas décadas

esse quadro tem sido elevado, trazendo mudanças no modelo de famílias, que, agora convivem com filhos de outras relações.

Outro fator de mudança são as famílias unipessoais em sua maioria em razão da maior incidência de separações. Nestes casos de separação, as mulheres, em maior numero, ficam com os/as filhos/as.

Figura 25- Quantos filhos ou filhas você tem



Fonte: Santos, Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

Estes dados confirmam o Censo referente ao ano 2000 onde colocam o Brasil abaixo da média mundial de fecundidade, de 2,76. No país, a taxa foi de 2,39. Com esse resultado, o Brasil fica na 75ª posição das mais baixas taxas observadas em 192 países. Para este ano, a projeção é de 2,31.

Ainda segundo o IBGE,- 2000 as mulheres com dez anos ou mais de estudo tendem a ter filhos mais tarde. A média de anos de estudo da população feminina é de 6,4 anos.

De acordo com ele, o estado da região Norte com maior índice de natalidade é Roraima, com 30,4, segundo dados levantados pelo instituto. Já Porto Velho, ficou entre as capitais que teve um crescimento médio, de 1,5% a 3,0% ao ano. De acordo com o IBGE.-2000

Quando o tema é a escolaridade dos/as filhos/as, as crianças fora da escola não encontraram vagas perto de sua casa, o que dificulta o acesso. Nas entrevistas as mulheres relataram que, esperam o próximo ano, por uma vaga na escola do bairro. Acreditam que, nesta fase, com idade de zero a cinco anos, a

criança não será prejudicada por uma ano ou dois, fora da sala de aula. A imagem que tem da escola na alfabetização e de um espaço para brincadeiras.

Figura 26 - Seu/Sua Filho/a está na escola



Fonte: Santos, Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

Nessa idade, a opção pela escola é somente para ocupar o tempo da criança ou usá-la como creche, enquanto desenvolve outras atividades, e não pensando no ensino-aprendizagem da criança.

Figura 27 – Seu/sua filho/a envolveu com acidentes domésticos

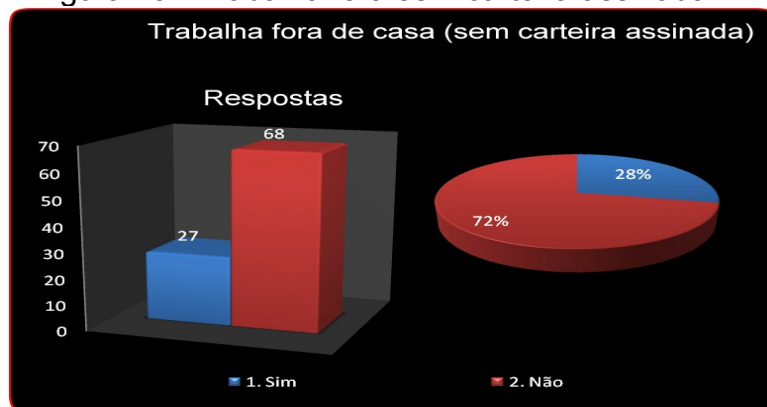


Fonte: Santos, Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

Como demonstra o gráfico os acidentes envolvendo crianças acontecem em casa, no caso do bairro Mariana, 43% já se envolveram com acidente com fogo, 35% das crianças já levaram pelo menos um choque elétrico, 19% foram intoxicadas com produtos de limpeza e inseticidas e 3% com arma de fogo ou facas deixada ao alcance das crianças. Em todos os relatos, as crianças estavam sozinhas em casa, ou com outra criança menor.

As informações são do IBGE-2007. O aumento do percentual de chefes de família foi notado tanto no grupo de mulheres ocupadas (trabalhando) como nas de idade economicamente ativa.

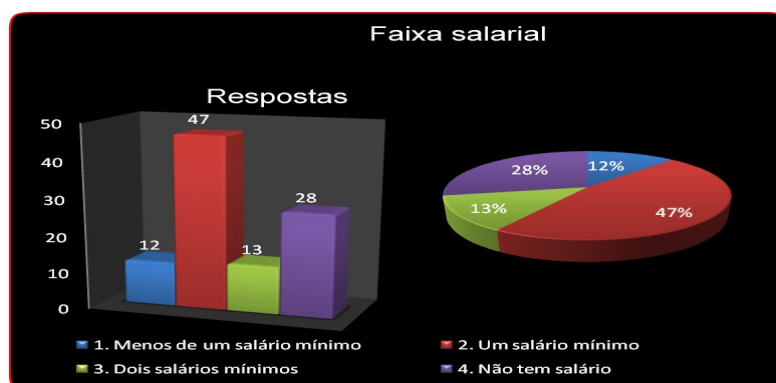
Figura 28 - Trabalha fora sem carteira assinada



Fonte: Santos, Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

Esta realidade do trabalho informal é recorrente entre as entrevistadas, o trabalho sem amparo legal, sem direitos, e exercido naturalmente, entre eles estão às babás, ambulantes, salgadeiras, artesãs e empregada doméstica.

Figura 29- Qual a faixa salarial?



Sandra  
Pesquisa de Campo, 2008

Fonte: Santos,  
Regina Nunes.

O trabalho informa, e trabalho doméstico sem carteira assinada, eleva o número de mulheres com renda inferior ao salário mínimo e é com esse salário que mantém sua família. Durante a entrevista, questionadas sobre leitura, foram quase unânimes as que revelaram que há mais de 10 anos não lê um único livro sequer.

As redes de solidariedades, já discutidas nesse estudo, é o amparo para as mulheres que precisam sair de casa. Mães, tias, ficam com os/as filhos/as, por

não ter uma creche pública no bairro. Segundo as mulheres foco desse estudo, essa dependência causa alguns transtornos, no caso das mães, elas reclamam das crianças e os parentes próximos, quando assumem outro compromisso simplesmente não avisam com antecedência, prejudicando o dia trabalho de quem necessita do serviço.

Figura 30-Com quem ficam as crianças:?



Fonte: Santos, Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

O mesmo ocorre quando ficam com vizinhos ou amigos, na sua maioria, assumem a função de ficar com as crianças por valores baixos, porém esse trabalho voluntário diminui a responsabilidade de cada uma. E há mães que deixam seus/suas filhos/as sozinhos/as até seu retorno.

Com relação à importância da creche pública em sua vida. As entrevistadas acreditam que a creche deve ser função do governo, seja ele municipal ou estadual. 94% afirmam que a sua condição melhoraria se existissem creches em horário integral, permitindo o trabalho fora de casa e o ingresso nos cursos de qualificação existentes. Também a afirmação de que se pudessem escolher livremente, escolheria entre o ter um emprego e trabalhar fora de casa todas manifestaram desejo de ter seu próprio dinheiro e não ficar dependendo de marido, pai ou mesmo de Programas do Governo Federal tais como o Bolsa Família.

Figura 31- A creche pública melhoraria sua vida





Fonte: Santos, Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

As informações da importância para elas da presença de creches públicas em horário integral ou mesmo parcial.

Sobre a participação de organizações sociais A participação permanente em organizações da sociedade civil é muito baixa. Os índices mais relevantes estavam relacionados à participação em Movimento Mulheres e não encontramos, dentro desse grupo entrevistado, mulheres filiadas a algum partido político.

Figura 32- Participa de alguma organização social



Fonte: Santos, Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

A relação com a política apresenta um quadro de descrença na possibilidade de as mulheres influenciarem na política, mesmo reconhecendo a importância desta em suas vidas.

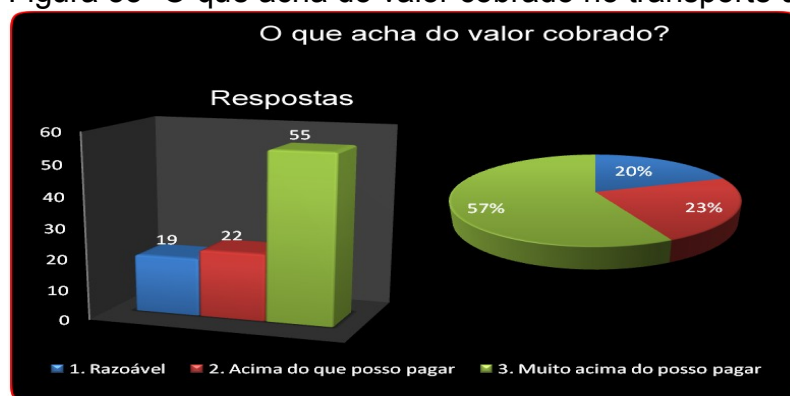
Em relação ao transporte urbano percebe-se que no geral existe um descontentamento com relação à oferta, valor cobrado, horários e percurso.

Quanto à oferta de transporte público, as respostas variam, elas gastam muito tempo esperando o ônibus, saem de casa muito cedo para o ponto de ônibus. Os horários são indefinidos, o ônibus não tem o mesmo horário todos os dias, portanto, precisam sair mais cedo, as vezes antes do nascer do sol, o que causa insegurança. Quando perguntadas sobre a qualidade dos ônibus, todas responderam que são ruins, alguns em péssimo estado de conservação e sujos.

Com relação ao valor do transporte coletivo, as respostas apontavam para um desnível entre o valor cobrado das passagens e o “ganho” de cada família. Nessa relação é destacado o fato de que levar seus/suas filhos/as ou mais alguém da família, para algum serviço longe de casa o valor da passagem fica muito elevado.

Neste caso, o passeio com a família fica inviabilizado, em função de não ter condições de pagar o valor de mais de uma passagem de ônibus. Mesmo com o serviço da tarifa social, o trajeto do ônibus são limitados. A reclamação ficou em função do fato que a comunidade não foi ouvida com relação ao trajeto do ônibus para a tarifa social, que propicia passeios em lugares públicos. O mesmo caso se dá com relação a consultas em hospitais públicos, onde há a necessidade de mais de um transporte público.

Figura 33- O que acha do valor cobrado no transporte urbano



Fonte: Santos, Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

Em função do valor da passagem de ônibus, as mulheres do bairro Mariana usam a bicicleta para o transporte da família. Ir ao mercado, levar filhos para a escola, e para passear. Percebe-se, no bairro, um grande número de “bicicletaria”, oficinas para concertar bicicletas.

Ainda sobre transporte público, os horários não correspondem com as necessidades da comunidade ouvida. Os horários não permitem ocupar os espaços dentro do tempo previsto. Para elas, o acesso aos lugares públicos e a cidade é diferente para os homens. As mulheres, em sua maioria saem mais vezes acompanhada dos/as filhos/as, ou para levá-las as creches, casa de parentes, postos de saúde ou mesmo para passear. Já os homens, em seus trajetos, não acontecem a mesma coisa. Eles vão para o trabalho, saem para se divertir, geralmente sem a companhia de crianças.

Quanto ao aspecto dos horários disponíveis de ônibus, é recorrente, a fala com relação ao malabarismo que tem que fazer para encaixar o horário com o tempo, se tiver que utilizar o transporte público.

Figura 34- O que acha dos horários disponíveis



Fonte: Santos, Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

Sobre o percurso realizado pelos ônibus e suas necessidades. Neste caso, uma das reclamações feitas é que o destino dos bairros não atende as suas necessidades. Geralmente não tem a possibilidade de deixar as crianças em uma escola, em seguida se dirigir para outra atividade, seja trabalho ou atividade qualquer. O trajeto do ônibus ainda segue, em sua maioria, para o centro. Os mercados maiores não ficam contemplados no trajeto, o que equivale descer no meio do caminho e andar até o mercado e posteriormente fazer o mesmo trajeto com sacolas na mão.

Quando o tema é com relação ao lazer e a diversão, o tema transporte volta a vigorar. As reclamações quanto a falta de transporte fazendo trajetos sociais, ou seja, que faça o percurso dos balneários, áreas de lazer públicas, como parques e espaços alternativos. Nos finais de semana, com a redução dos ônibus, a situação tende a piorar. Espaços de lazer coletivos não são contemplados nos trajetos.

O transporte tem sido um serviço capaz de impactar diretamente toda a comunidade, tanto diretamente quanto indiretamente, sua utilização deve levar em conta que a cidade não cabe todos os transportes particulares.

Figura 35- O que acha do percurso realizado



Fonte: Santos, Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

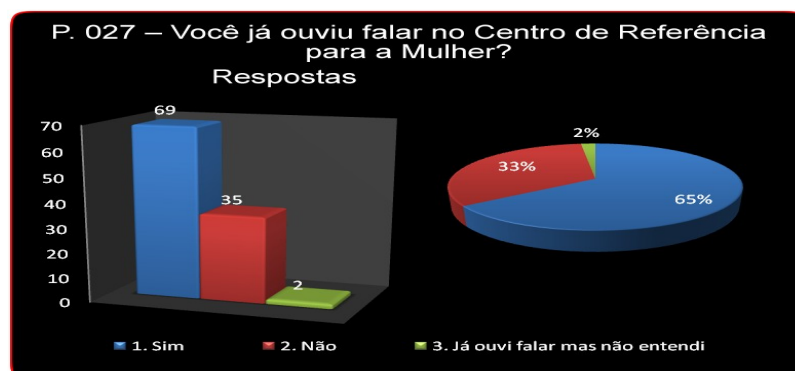
Outro fator está relacionado com os pontos de ônibus, sem abrigo e mal localizado. Locais escuros e dentro de matagal coloca em risco a vida de mulheres que utilizam estes locais.

A pergunta com relação ao Centro de Referência para Mulher demonstra até que certo ponto essas mulheres estão a par de um instrumento que opera em seu favor. O Centro de Referência para Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência “Sonho de Liberdade”, localizado à Rua Rafael Vaz e Silva com Tabajara, bairro São João Bosco., foi inaugurado no mês de junho de 2008, com o compromisso de prestar atendimento integral e humanizado ao público feminino em situação de violência, além de ajudar no combate e na prevenção.

Com uma equipe de técnicos disponibilizados com atendimento psicológico, social e jurídico. O objetivo é trabalhar a auto-estima das vítimas, prestar esclarecimentos sobre os seus direitos e inseri-las em programas sociais.

O desconhecimento desse centro de referência demonstra a falta de comunicação entre a comunidade e os programas da prefeitura, uma vez que a mulher é o público alvo, e desconhece esse espaços de reflexão, preparando as mulheres para que possam exercitar a capacidade de conduzir a própria vida na tomada de decisões

Figura 36- Já ouviu falar no Cento de Referência para Mulher



Fonte: Santos, Sandra Regina Nunes. Pesquisa de Campo, 2008

## Considerações Finais

Apesar de garantias reconhecida na Constituição de 1988, com relação a igualdade de direitos entre os sexos, do avanço dos debates nas grandes conferências nacionais e internacionais sobre a democratização das políticas públicas, da implantação do Plano Nacional de Políticas para Mulher nacional e municipal, percebe-se um déficit na oferta de serviços sociais básicos, públicos o que impedem a real igualdade de oportunidades.

A política de autonomia financeira da mulher de baixa renda está diretamente ligada às políticas públicas, sobretudo pela sua. Assumindo cada vez mais as responsabilidades dos lares no Brasil de um modo geral, a mulher vai se distanciando das oportunidades de trabalho ou formação, onde isoladas no espaço privado do lar ou à sua extensão pública (posto de saúde, farmácia, hospital, mercado, escola, etc), elas travam uma luta incessante contra o relógio, tentando administrar a vida cotidiana.

Seu papel na reprodução da força de trabalho e na família torna-se presença marcante e quase que obrigatória nas lutas sociais pela melhoria dos serviços públicos e qualidade de vida. Devido às suas tarefas domésticas e participação na comunidade, sobretudo as mulheres de baixa renda, são as mais afetadas pela falta de Políticas públicas, aumenta consideravelmente, o volume de suas responsabilidades.

No âmbito de Porto Velho, percebe-se que as políticas públicas de autonomia financeira da mulher, não apresentam intervenções capazes enfrentar a situação das mulheres com alternativas para aumentar o nível de qualidade de vida, tampouco estratégias que levem em conta sua especificidade, incorporando-as como grupo prioritário no combate à discriminação.

Ao contrário do que diz no inciso III, Art.55 do capítulo VII do Plano Diretor sobre os bairros: “está provido de equipamentos sociais institucionais e de consumo de bens e serviços, suficientes ao atendimento das necessidades básicas da população nele contida”, o bairro Mariana não faz parte da realidade dessa afirmação.

Os equipamentos sociais (educação, saúde, lazer), colaboradores diretos na melhor gestão da vida cotidiana, não são o suficiente para a demanda local, o que dificulta o cotidiano das mulheres. Quanto mais os bairros tivessem suas necessidades supridas melhor se qualificaria a vida de suas cidadãs. O que significaria uma melhor intervenção na gestão da vida cotidiana, permitindo a possibilidade das mulheres saírem do espaço privado do lar, tendo mais tempo para se dedicar à vida pública.

Reunindo a família, as vizinhas e estabelecendo relações de solidariedade mútua, convertem o bairro no espaço ampliado do trabalho doméstico, coletivizando carências e trazendo à ordem do dia a importância de políticas públicas que incorporem suas necessidades cotidianas e sua participação na tomada de decisões tanto sobre a construção democrática do bairro como da cidade. Dessa forma, democratizam, dentro da vida urbana, a própria vida urbana.

Para essas mulheres pesquisadas, são nessas redes de solidariedade que desenvolvem o papel do estado no cuidado dos filhos. As poucas mulheres que conseguiram entrar no mundo do trabalho, o fez na informalidade, de modo que consigam cuidar de seus/suas filhos/as. Transformam a frente de sua casa em venda de comida, são cozinheiras informais, manicures, cabeleireiras, salgadeiras, enfim, combinam o trabalho com o cuidado com a família.

Em sua maioria entrevistadas, afirmam que a falta de um lugar seguro para deixar as crianças é o maior impedimento para o acesso ao mundo do trabalho, mesmo as que moram com um companheiro, sentem por não poder sair de casa para trabalhar ou estudar por falta de creche pública, onde seus/suas filhas pudessem ficar em segurança.

Quanto o instrumento de controle social, como os Conselhos de Defesa dos Direitos da Mulher, percebe-se poucos avanços na sua dinâmica de atuação. Mesmo com sua formação paritária, não há uma crítica dentro do conselho com relação ao que não foi realizado dentro do PNPM. Segue como se estivesse a serviço dos interesses do Executivo, cumprindo, muitas vezes papel meramente legitimador das decisões tomadas em outros fóruns do governo municipal, sem

orçamento próprio, sem possibilidade de produzir conhecimento e avaliações com a necessária independência que o controle social exige.

Com relação à violência contra a mulher, mesmo com os avanços da Lei Maria da Penha, é notório a falta de conhecimento entre as mulheres, o que aponta para uma falta de uma política voltada para o tema, que avance o campo das campanhas em datas comemorativas e passe a incorporar no cotidiano das mulheres.

Falta de intersetorialidade entre as secretarias e comunicação entre elas, isso faz com que o tema seja apenas abordado pela Coordenadoria de Políticas para Mulher e de forma tímida, limitando-se às campanhas nacionais. O Tema não é discutido no âmbito das secretarias de saúde, meio ambiente, educação, planejamento, levando a uma fragilidade e ausências por parte do poder público, de política que dialogue internamente.

Neste aspecto, essa pesquisa conclui que para que as mulheres possam de fato aumentar entrar no mercado de trabalho e permanecer nele, principalmente nesse momento em que estão abrindo postos de trabalho, é necessário ater um lugar seguro para seus filhos e filhas. Onde essas crianças possam fazer suas alimentações, enquanto suas mães trabalham em paz. Para trabalhar fora, elas ainda necessitam “contratar” outras mulheres como trabalhadoras domésticas, ou contar com trabalho solidário de outras mulheres da família, filhas, irmãs, mães.

Neste sentido, considerando que são as mulheres a maioria das pessoas nos empregos precarizados, a maioria entre as pessoas com profissão pior remuneradas, são o maior número entre as pessoas desempregadas e a maioria das que trabalham na informalidade, a alteração desse quadro de problemas exige mudanças nas políticas públicas, para que alcance as mulheres de baixa renda, o que está demonstrado neste estudo.

## **Bibliografia**



ABRAMO, L. **A Situação da mulher no mercado de trabalho Latino Americano**. In: Textos Para Debate Internacional-Cadernos Cut- nº 11. São Paulo, 1998.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. **Balanco Nacional: Políticas públicas para as mulheres no Brasil: Cinco anos após Beijing**. Brasília: AMB, 2000.

BEAUVOIR, 5. **O segundo sexo**. São Paulo: Nova Fronteira, 2v. 1989.

BONDUKI, Raquel; BONDUKI, Nabil. Periferia da grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia (org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. 2. ed. São Paulo, 1982, p.177-154.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 19-20.

\_\_\_\_\_ **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BRASIL. Constituição Federal/ 88: **Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988**. Brasília; Ed. Atual. 1988. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988, 336p.

BRASIL.Presidência da República; Secretaria especial de políticas públicas para mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Brasília:CDU. 2004**.

BURSZTYN, Marcel, Bartholo Jr. **Amazônia Sustentável: uma estratégia de desenvolvimento para Rondônia 2020**. Brasília:IBAMA,1999.

CEMIM, Arneide,Camila Alessandra Scarabel, maria de Fátima Batista de Souza, Silvânio de Maia Gomes. Genero e imaginário: experimentação do AT9. Porto Velho. EDUFRO. Primeira versão. 1033.2002.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. (Ciência Saúde Coletiva, Vol. 10 nº2 RJ 2005).

CHAUÍ, M. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: Perspectivas Antropológicas da Mulher: sobre mulher e violência. Vol.4. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar.1979.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. **Estratégias da Igualdade: Plataforma de Ação para implementar os compromissos assumidos pelo Brasil na quarta Conferência Mundial da Mulher**. Brasília: Ministério da Justiça.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_ - **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**.

Campinas, SP: Autores e Associados, 1996.

\_\_\_\_\_, **Regiões e Organização Espacial**. 8º ed., São Paulo: Ática, 2001.

CORRÊA, Sonia e GOUVEIA, Taciana. As Conferências da ONU - **As Mulheres na Política Global: Uma Resenha**. Rio de Janeiro: IBASE: SOS/Corpo - Gênero - Cidadania. 1995.

CORTÊS, Iáris Ramalho. **Cidadania também é beleza**. São Paulo: AVON, UNIFEM, CECIP, CFEMEA. 2001.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3º ed. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

\_\_\_\_\_. **"Pobreza política"**. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer-Stiftung, 1993.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....1990.

FERREIRA, Manoel Rodrigues, **A Ferrvia do diabo: História de uma estrada de Ferro na Amazônia**. 3ªed.,1982

FOUCAULT, Michel **Microfísica do Poder**. 11 ed. Rio de Janeiro, Graal. 1995.

GIDDENS, A (1991). **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed.São Paulo: Atlas, 1994.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1988.

GOTTDIENER, Mark, **A produção social do Espaço Urbano**, EDUSP-SP, 1993.

GOMES, Marineide Oliveira. **As creches na trajetória de governos democráticos: a experiência de Diadema-SP**. 1983-1996. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

HARVEY, David - **A Justiça social e a Cidade**. Trad. Armando correia da Silva. Ed. Hucitec. São Paulo, 1980. PERROT, Michelle- **As mulheres ou os silêncios da história/tradução Viviane ribeiro** – Bauru, SP: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Condição Pós-Moderna**. Edições Loyola, São Paulo, 1992

HOLLANDA, H. B. **Fronteiras Móveis da Cultura**. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus, Rio de Janeiro, FAU/UFRJ. 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, **A Face Feminina da Pobreza: sobre-representação e Feminização da Pobreza no Brasil**. Texto para discussão n:1137, Brasília, 2005.

KOLONTAI, Alexandra. **A Nova Mulher** e a Moral Sexual, São Paulo: Ed. Global – SP-2007.

LOBATO; ROSENDAHL, Zeny (org) **Geografia: Temas Sobre Cultura e Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

LOBO, E. S.- A Classe Operária tem dois sexos, São Paulo. Edit. Brasiliense, São Paulo, 1991.

LÜDKE, M. & André, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MENEZES, Francisco. Sustentabilidade alimentar: uma nova bandeira? In. FERREIRA, Ângela D.D.;BRANDEBURG, Alfio (Org.).**Para pensar outra agricultura**. Curitiba; EdUFPR, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 6ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido: a natureza humana**. Portugal: Nova América. 1990.

MURARO, Rose Marie, **A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro**. Rio de Janeiro, 4ª ed. Record: Rosa dos Tempos, 1995

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política**. São Paulo: Senac São Paulo, 2001.

PITANGUY, Jacqueline & HERINGER, Rosana (orgs.). **Direitos Humanos no Mercosul**, CEPIA/Fórum da Sociedade Civil nas Américas, Rio de Janeiro, 2001.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_, **As Mulheres ou os Silêncios da História**: Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

RODRIGUES, Almira. **Mulheres: Movimentos Sociais e Partidos Políticos**. Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMA. Março/2000.

\_\_\_\_\_. **Mulheres: Movimentos Sociais e Partidos Políticos**. Brasília. Mimeo. abril/2001.

PRIORE, M. D. (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

RÃO, Vicente, **O direito e a vida dos direitos**, 2.ed, vl. São Paulo. 1976.

SANTOS, Carlos, **A Fronteira do Guaporé**: Porto Velho. EDUFRO, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: EDUSP. 2006.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Hucitec, 1987.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia à geografia crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1990.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil para análise histórica. In: Revista Educação e Realidade. 16 (2):5-22, jul/dez. Porto Alegre, 1990.

SILVA, Joseli Maria. Análise do espaço sob a perspectiva do gênero: um desafio para a geografia cultural brasileira. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Geografia**: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

SOJA, E. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TRIVIÑOS, A.N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERUCCI, Florisa. **A Mulher e o Direito** – São Paulo: Nobel, 1987.